



CABO VERDE E A EDUCAÇÃO

40 ANOS DE
PERCURSO

GANHOS E
DESAFIOS



www.minedu.gov.cv

Propriedade: Ministério da Educação e Desporto

Textos: Adriano Monteiro

Conceção: Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo

Fotos: Núcleo de Imagem e Comunicação Estratégica do MED

Impressão: Tipografia Santos

Setembro de 2015

NOTA DE ABERTURA

Cabo Verde nasce Global neste nosso “lago atlântico” feito humanidade por africanos e europeus, a partir da sua primeira cidade, a Ribeira Grande de Santiago, o berço da Cabo-verdianidade, transformando-se num laboratório de miscigenação de homens e culturas, no sentido mais profundo da produção material e imaterial, dinâmica que mantém volvidos quase seis séculos.

Considerando 1460 como o ano da identificação europeia destas “afortunadas” ilhas, Cabo Verde completou este ano 555 anos desse conhecimento.

Desde o tempo do seu povoamento e durante todo o período colonial, foi um espaço de passagem e cultivo. Cultivo, de mulheres e homens, de plantas e animais para distribuição pelos trânsitos transatlânticos, das lógicas de gestão dessa época, de pensamentos, de filosofias... um espaço singular de construção de uma Nação Global. Até ao tempo da luta pela independência nacional, a educação mereceu sempre uma atenção particular.

Cabo Verde completou a 5 de julho a sua quarta década de independência nacional, com orgulho pelo percurso feito, com ganhos que enaltecem o esforço dos cabo-verdianos e a solidariedade internacional.

Nestes quarenta anos de Independência a Educação fez um percurso, que queremos partilhar, nesta publicação, um percurso abnegado feito de conquistas coletivas, conquistas de muitas mulheres e homens, professoras e professores, alfabetizadores, educadoras, animadores, técnicas e técnicos, dirigentes centrais, administrativos gerais, cozinheiras, pais, encarregados de educação e consecutivas gerações de crianças e jovens.

A todos uma excelente leitura

Fernanda Marques
Ministra da Educação e Desporto



EDUCACAO
PRÉ-ESCOLAR

DE RECREIO

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	3
INTRODUÇÃO	7
Ganhos e Desafios 1975 a 2010	9
A EDUCAÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA AO ANO DE 1990	10
A EDUCAÇÃO NOS ANOS NOVENTA	12
A EDUCAÇÃO – DE 2001 A 2010: GANHOS E DESAFIOS	15
Investimentos no Sector das Infra-estruturas da Educação, de 2001 a 2010	24
A dignificação da Carreira Docente e os ganhos por ela conseguidos	25
Integração dos Professores e Agentes Administrativos do MED no INPS	26
Nomeação Definitiva na Carreira	27
Promoções no âmbito da Lei Medida	27
Reclassificações/Reenquadramento	28
Progressões	28
Subsidio Por Não Redução de Carga Horária No Ensino Básico	28
Subsídio de Isolamento	29
DESAFIOS E PERSPECTIVAS	30
Ganhos e Desafios 2011 a 2015	33
A EDUCAÇÃO NO LIMIAR DA VIII LEGISLATURA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	34
A EDUCAÇÃO: DE 2011 A 2015: GANHOS E DESAFIOS	36
Caracterização por Subsistema Educativo	36
Educação Pré-Escolar	37
Educação Básica	38
O alargamento da Escolaridade Básica obrigatória	38
Experiência de Ensino Bilingue	40
Educação inclusiva: necessidades educativas especiais	40
ENSINO SECUNDÁRIO GERAL E TÉCNICO	41
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS	42
AÇÃO SOCIAL E ESCOLAR: CONQUISTAS E DESAFIOS	44

INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS – PARQUE ESCOLAR	45
Infraestruturas educativas construídas de 2011 a 2015	45
O ENSINO E AS NOVAS TECNOLOGIAS (PROGRAMA MUNDU NOVU)	47
GESTAO DA CAREIRA DOCENTE	50
Realizações estratégicas do setor de gestão de recursos humanos, de 2011 a 2015	50
DESAFIOS PARA O PRESENTE E FUTURO (CABO VERDE 2030)	53
OS NOVOS DESAFIOS FACE AOS GANHOS SOMADOS	53
ANEXOS	55
Matricula	56
Acesso e Participação	58
Recursos	62
Eficiência	65

INTRODUÇÃO

Aquando do 35º aniversário da Independência Nacional em 2010 e em comemoração à data, o MED fez publicar uma brochura intitulada *“A Educação em Cabo Verde: Ganhos e Desafios”*. Decorridos cinco anos e no ano das comemorações dos Quarenta anos de país livre e independente, entende o MED seguir a experiência enriquecedora de 2010, fazendo publicar, igualmente em saudação ao evento nacional, uma nova brochura com o título *“CABO VERDE E A EDUCAÇÃO: QUARENTA ANOS DE PERCURSO - GANHOS E DESAFIOS”*.

Esta nova publicação retoma as informações e dados compilados e publicados em 2010, conforme brochura à data publicada, incorporando, desta feita, ganhos na Educação de 2011 a 2015 e os novos desafios que deles resultam, ou seja pretende-se dar a conhecer o percurso feito durante os últimos cinco anos que completam os quarenta anos da Educação em Cabo Verde - ganhos e desafios.

Naturalmente que, à semelhança do percurso feito até 2010, os cinco últimos anos, em matéria de Educação, somam ganhos reconhecidos mas também desafios que resultaram do estágio de desenvolvimento irreversível do país em todos os setores e, sobretudo, graças à visão desenvolvimentista que os atuais governantes tiveram no passado e têm para o futuro, o Cabo Verde 2030.



EU SOU O 1



Ganhos e Desafios 1975 a 2010

A EDUCAÇÃO: DA INDEPENDÊNCIA AO ANO DE 1990

De entre muitos desafios assumidos, com a independência do país em 1975, a Educação, enquanto aposta estratégica, constituiu-se na prioridade das prioridades face a uma população (275.613, em 1979) na sua maioria analfabeta (63% de analfabetos), a um ensino básico elementar de quatro anos não acessível a todas as crianças, a um ensino secundário circunscrito apenas a um número muito reduzido de alunos e um corpo docente para os dois níveis na sua maioria sem formação adequada (apenas cerca de 19% com formação considerada de adequada).

De 1975 a 1980 o país, ainda completamente virado para a luta de reconstrução nacional, reformula, de forma gradual, o seu sistema de ensino e lança as bases para o que mais tarde virá a ser a estruturação de um novo Sistema Educativo, consubstanciado numa nova Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 103/III/90 – de 29 de Dezembro) com objectivos de política claros e orientadores de toda a acção educativa.

A Educação em Cabo Verde não teria conseguido somar progressivos ganhos ao longo dos seus 35 anos de independência se a aposta estratégica não tivesse como eixo prioritário a formação de professores. Com efeito, em 1975, Cabo Verde tinha 1274 professores. Desses, 13,1% tinham formação para a docência, sendo um total de noventa docentes diplomados pela Escola do Magistério Primário (7,2%) e setenta e três habilitados com o Curso de Habilitação de Professores de Posto Escolar, ou seja, 5,9%.

Hoje, em Cabo Verde, sendo o quadro educativo bem diferente, os alunos do ensino básico beneficiam de um corpo docente com 86,4% de professores com formação específica e adequada para a docência, razão porque a taxa de transição aparente dos alunos do Ensino Básico para o Ensino Secundário passa de 70,7%, em 2001, para 82,9% em 2008/2009, situando-se a taxa de transição real, nesse último ano, numa média de 93,4%.

Para este quadro altamente positivo e animador muito tem contribuído o Instituto Pedagógico de Cabo Verde (IPCV), actualmente com três escolas de formação de professores (a da Praia, a de Mindelo e a de Santa Catarina), com a sua visão e missão claramente assumida e traduzida em projectos pedagógicos inovadores. O Instituto Pedagógico, herdeiro da Escola do Magistério Primário (EMP), foi instituído a partir de 1988, para responder aos desafios, em termos de perfil

exigido para a docência, da primeira Reforma Educativa nacional que teve lugar ao longo da década de noventa do século passado. Hoje, o desafio do IPCV, fadado a ser uma Instituição de nível superior, é a promoção da equidade e da qualidade da educação básica, através de ofertas formativas de qualidade, capazes de assegurar aos cidadãos cabo-verdianos a igualdade de oportunidades de sucesso a um ensino de qualidade num mundo cada vez mais globalizado.

Ainda nos alvares da independência, o país contava apenas com 33 escolas do Ensino Básico, dois Liceus sendo o de Adriano Moreira, na Praia e o de Gil Eanes em São Vicente e uma escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM). A ilha do Sal acolhia uma secção, dependente do Liceu da Praia e que ensinava até o quinto ano dos liceus.

Situando o leitor no ano lectivo de 1984 -1985 e em termos de corpo discente, corpo docente e infra-estruturas de acolhimento, o quadro nº 1 coloca-nos perante a seguinte realidade:

Quadro 1: Dados Relativos ao ano 1984/ 1985

Nível	Nº de alunos	Professores		Nº de estabelecimentos de ensino	Nº de salas de aula	Regime de utilização de sala	
		Total	% de Habilidades			Dupla	Tripla
EBE	47.744	1588	14,9%	436	759		291
EBC	8.932	261	7,6%	15	140	140	
ES	4.644	170	*37,6%	3 (SV, Praia e Sal)	--		

* Formação específica

Quadro 2: Evolução de número de jardins e escolas

Subsistemas	1975/1976	1990/1991	2000/2001	2009/2010**
Educação Pré-escolar		203	384	499
Ensino Básico	33	370	420	422
Ensino Secundário	2	8	29	45
Ensino Médio		2	3	3
Ensino Superior		1*	4	10

* Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário (Bacharelato)

** Dados provisórios

As conquistas e os ganhos em educação vão sendo cada vez mais expressivos, à medida que se caminha para os anos noventa, com impacto, mais tarde, na consolidação de um ensino que se quer ao serviço do desenvolvimento do país. Dessas inúmeras conquistas e ganhos expressivos da década de oitenta merecem registo, entre outros, pelo seu impacto nos anos seguintes:

- A instituição da escolaridade básica obrigatória e gratuita de seis anos;
- A criação e funcionamento do Curso de Formação de Professores para o exercício do ensino ao nível do secundário – considerado o primeiro núcleo de ensino universitário em Cabo Verde;
- A criação e instalação do Instituto Cabo-verdiano de Acção Social Escolar – ICASE, com sede própria e tendo por missão a implementação de uma política de apoios sócio-educativos;
- A institucionalização do Programa de Cantinas Escolares, com apoio do PAM;
- A institucionalização do Dia Nacional do professor cabo-verdiano;
- A abertura do Liceu de Santa Catarina
- A aprovação do Diploma que institui a redução da carga horária e a atribuição de subsídios remuneratórios pela não redução da carga horária;
- A edificação de uma profunda reforma de ensino (Básico e Secundário) que veio a ser generalizada no ano lectivo de 1994/1995;
- A aprovação de uma importante e moderna Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 103/III/90, de 29 Dezembro) que marca definitivamente a consolidação de um Sistema Educativo moderno e competitivo ao serviço do desenvolvimento de Cabo Verde.

A EDUCAÇÃO NOS ANOS NOVENTA

A década de noventa apresenta-se, necessariamente, como um marco importante para o sistema educativo em termos de mudanças que se operaram de forma abrangente e profunda e que advêm de novos paradigmas socio-políticos, mas também, e sobretudo, de um processo

de transformação contínua e dinâmica do Sistema Educativo e que teve toda a sua arquitectura, preparação e arranque ainda antes de 1991. Trata-se da conhecida Reforma do Sistema Educativo de 1990, consubstanciada, em termos normativos, na importante Lei de Bases do Sistema Educativo aprovada na Assembleia Nacional Popular, com data de 29 de Dezembro de 1990.

Ganhos:

- “Massificação” do ensino, tornando-se a educação básica um direito de todas as crianças em idade escolar; uma melhoria na carreira docente, com expressão para os professores do EBI que resulta da própria filosofia da Reforma de Ensino para esse nível, e também da aprovação do Estatuto de Pessoal Docente, um outro importante ganho da década de 1990;
- A criação do quadro privativo da Inspeção Geral de Ensino;
- A transformação da Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário em Instituto Superior de Educação;
- A criação do Pólo do ISE, em São Vicente e a transformação do Centro de Formação Náutica em Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar (ISECMAR);
- A generalização da reforma iniciada no ano de 1990;
- O reforço do parque escolar com a construção de algumas escolas básicas e das escolas secundárias: a Escola Secundaria da Várzea, hoje E.S. Cónego Jacinto, a primeira escola concebida no âmbito da Reforma Educativa, as Escolas técnicas de Porto Novo, Cesaltina Ramos, na Praia, e de Santa Catarina (Grã Duque Henri), as escolas secundárias de Suzete Delgado, Augusto Pinto, Olavo Moniz, a Constantino Semedo, as escolas secundárias do Tarrafal e Teixeira de Sousa (São Filipe), são outros ganhos conseguidos em matéria de construção escolar.

Já nas vésperas do término da década de noventa, o sistema educativo começa a ser confrontado com um conjunto de questões e problemas como por exemplo, o financiamento do sistema e a sua sustentabilidade, a fraqueza institucional crescente e a primazia da quantidade em detrimento da qualidade do ensino (resultante da “massificação” do ensino). Na verdade, regista-se um acentuado crescimento da população estudantil mas não há correspondência em termos de capacidade de resposta por parte do sistema, impondo-se como uma imperativa exigência

a melhoria da qualidade do ensino ministrado nos diferentes níveis. A procura de um maior equilíbrio e equidade sustentável e as limitações orçamentais impostas pela situação económica desfavorável então vigente, constituíam constrangimentos bloqueadores, nas vésperas do chamado fim do ciclo político da então governação.

Apesar de ganhos que se reconhecem à educação, o diagnóstico feito ao sector educativo em 2001/2002, visando a elaboração, pela primeira vez, de um Plano Estratégico para a Educação (aprovado em 2003) – uma exigência da nova governação estratégica e planificada, ditou o seguinte quadro de constatação:

Um Sistema no qual persistem constrangimentos estruturais com efeitos negativos sobre a qualidade, a equidade e a pertinência da educação;

- Uma Educação Pré-escolar reflectindo desigualdades sociais e geográficas notórias, com apenas 5% dos agentes com formação e com uma taxa de cobertura nacional de 51,7% (3 a 5 anos) e de 67% (4 a 5 anos) e com uma taxa de acolhimento de 54,3%;
- Um Ensino Básico com elevadas taxas de repetência, sobretudo na primeira fase, com uma taxa de insucesso de cerca de 12%, uma ainda significativa percentagem de professores



sem qualificação para leccionar do 1º ao 6º anos e uma desigual distribuição de docentes qualificados, a nível nacional (por exemplo, 77% em São Vicente e 12% ou menos nos concelhos do Tarrafal, de São Miguel e dos Mosteiros);

- Um sistema sócio-educativo com redução substancial do número de crianças em idade escolar beneficiadas com uma refeição quente;
- O recurso ao uso de salas em regime de trespobramento, sobretudo no concelho do Tarrafal;
- Um ensino secundário em crescendo mas essencialmente teórico, enfrentando uma manifesta falta de professores formados e de salas especializadas e laboratórios,
- Um ensino técnico ainda incipiente, despido do Ano Complementar Profissionalizante e desarticulado com a Formação Profissional;
- Uma carreira docente estagnada em resultado da política de congelamento das progressões e promoções e uma classe docente desmotivada devido a uma má gestão da carreira.

A EDUCAÇÃO – DE 2001 A 2010: GANHOS E DESAFIOS

Cabo Verde apostou desde sempre na valorização do factor humano enquanto sua principal riqueza, investindo fortemente na Educação considerada sector chave de desenvolvimento. A Educação para o Desenvolvimento é tida, nestes últimos anos de governação como sendo um desígnio nacional, constituindo a capacitação Profissional uma prioridade e uma aposta que vai sendo gradualmente ganha.

As construções e a reabilitação de escolas continuam, mas os maiores investimentos em infra-estruturas estão praticamente feitos, pelo que a aposta agora é na qualidade, com investimento no chamado soft – isto é, a capacitação e a actualização do corpo docente, o (re) equipamento de laboratórios e de salas especializadas, a instalação de salas de recurso e de orientação escolar e profissional, a instalação de unidades formativas nas escolas secundárias, o recurso às novas tecnologias de comunicação e informação no ensino/aprendizagem, a gestão e comunicação electrónica das escolas do básico e do secundário, etc.

O sistema educativo cabo-verdiano assume claramente, a partir de 2001 o objectivo maior de promover um ensino de qualidade e de gerar competências, estando cada vez mais familiarizado com as novas tecnologias e com os avanços da ciência e produção de conhecimento. O quadro nº 3 elucida bem o peso da população estudantil no cômputo geral da população cabo-verdiana residente e que se situa em cerca de 517.831 habitantes (2010), o que evidencia o peso da Educação no processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, o volume de recursos que são disponibilizados pelo Governo.

Quadro 3: Evolução de população estudantil

Subsistemas	1990/1991	2000/2001	2008/2009
Educação Pré-escolar	12.464	19.810	22.191
Ensino Básico	69.823	90.640	*73.548
Ensino Secundário	9.071	44.748	53.181
Ensino Médio		518	854
Ensino Superior		717	8.465

*Redução devido à diminuição da taxa de natalidade, traduzindo-se diminuição de quase 2000 alunos ano

A Educação espelha hoje a situação privilegiada em que vive o país, o especial momento vivenciado pelos cabo-verdianos e que resulta do actual estágio de desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, a avaliar pelos ganhos registados nos diferentes níveis de ensino e que seguem:

Na **Educação Pré-Escolar** (EPE) a taxa bruta de acolhimento situa-se nos 64,1%, sendo a taxa de cobertura, em 2008/2009, de 60,3% para a faixa etária de 3 a 5 anos, e de 74,1% para a faixa de 4 a 5 anos. O enquadramento institucional, o controlo do subsistema e o acompanhamento didáctico-pedagógico e a formação dos agentes educativos constituem ganhos reconhecidos. Tratando-se de um subsistema considerado alicerce e determinante para o sucesso do percurso de todo o aluno, medidas de política consideradas estratégicas, nomeadamente as que se prendem com o alargamento da taxa de cobertura e que beneficiam as famílias mais necessitadas, com a implementação de um programa de formação faseada de aperfeiçoamento dos agentes educativos, estão sendo implementadas. O desenvolvimento de uma Educação Pré-Escolar enformada por uma política integrada da Pequena infância, dispendo de um quadro de agentes educativos com formação e inseridos numa carreira específica, constitui um desafio que está sendo gradualmente ganho.

No **Ensino Básico Integrado** (EBI), as taxas de escolarização bruta e líquida nesse nível de ensino (ano lectivo 2007-2008) situam-se em 110,1% e 91,7%, respectivamente. Actualmente, um total de 70.590 crianças (dado provisório) encontra-se matriculado neste nível de ensino. A percentagem de reprovações (2008-2009) situa-se à volta dos 10,1% e a taxa de abandono é de 2,0%. O rácio aluno/professor e aluno/turma é de 24, de aluno/sala é de 42 e de professor /turma de 42. O número de alunos femininos é de cerca de 47,9%. A Educação Especial, com ênfase na integração escolar das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) vai se afirmando cada vez mais, na perspectiva de uma educação inclusiva.

Quadro 4: Evolução de indicadores de eficiência interna no EB

Indicadores	1990/1991	2000/2001	2008/2009
% de aprovação	75,0%	84,3%	87,9%
% de reprovação	19,3%	13,4%	10,1%
% de abandono	5,7%	2,3%	2,0%

A universalização do acesso à escolaridade básica e gratuita de seis anos constitui uma importante conquista da população cabo-verdiana que viu a percentagem de professores qualificados aumentar consideravelmente, passando para 86,5% em 2008/2009. O desafio que agora é aceite e assumido na nova Lei de Bases do Sistema Educativo consiste no alargamento dos actuais seis anos de escolaridade gratuita, assumindo-se, desde já, a implementação de uma escolaridade obrigatória e gratuita de oito anos, ao mesmo tempo que se elege como compromisso irreversível de ela evoluir, gradualmente e num futuro próximo, para os 12 anos de escolaridade. É mais um importante desafio a ser ganho na linha de construção de Novas Respostas para os novos Desafios que se colocam à Educação e ao país e com o objectivo de satisfação às expectativas da sociedade cabo-verdiana.

A vinculação das escolas básica e secundária à educação tecnológica e ao mundo do trabalho tem significado, na prática, a implementação de importantes medidas inovadoras que marcam a diferença e estabelecem o ponto de ruptura com o já tradicional conhecimento teórico, desgarrado da prática, do fazer e do saber fazer.

O Programa “*Mundu Novu*”, - as Tecnologias de Informação e Comunicação ao serviço do Ensino em Cabo Verde - significa, no dizer do Primeiro Ministro, Dr. José Maria Neves, “*Proporcionar o acesso dos jovens a uma possibilidade infinita de informação e conhecimento, através da Internet, contribuindo para uma juventude mais criativa, inovadora, empreendedora e capaz de construir um Mundo Novo em Cabo Verde.*” Por outro lado, a implementação em crescendo e o funcionamento de

Unidades Formativas (UF) nas escolas secundárias da via geral, que resulta de uma inteligente articulação entre os Ministérios da Educação e Desporto e do Trabalho e da Formação Profissional, tem como principal objectivo o “enquadramento de jovens em actividades de formação de curta duração, capacitando-os e garantindo a inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho”.

No prosseguimento da necessária qualidade do ensino que se vai gradualmente construindo e consolidando, constituindo uma prioridade para o Sistema Educativo e para o desenvolvimento de Cabo Verde, depois da bem sucedida democratização do ensino, a Revisão Curricular (RC) conseguida e em implementação constitui uma outra medida inovadora que marca, igualmente, a diferença com relação à anterior reforma educativa. Da organização das componentes curriculares da nova RC resultam novas realidades construídas de conhecimento assentes em



novas abordagens e dimensões humanística, artística, científica, tecnológica, física e desportiva, orientadas para a formação integral do educando, na perspectiva de um cidadão consciente e responsável, que cultiva, defende e preserva os valores nacionais e universais.

Actualmente, as taxas de escolarização bruta e líquida no **ensino secundário** (2008/2009) situam-se nos 69,5 e 60,1%, respectivamente. A percentagem de reprovação (percentagem de repetência) situa-se à volta de 20,3%, sendo a taxa de abandono de 8%. A proporção de meninas nos efectivos do ensino secundário é de 53,6%, ligeiramente superior à de rapazes. No tocante ao corpo docente, 75,8% dos professores do Ensino Secundário tem formação considerada suficiente para o ensino.

Quadro 5: Evolução de indicadores de eficiência interna no ES

Indicadores	1990/1991	2000/2001	2008/2009
% de aprovação	65,0%	65,3%	67,4%
% de reprovação	30,5%	29,0%	24,5%

O Governo tem adoptado uma política de valorização progressiva dos recursos humanos provenientes de uma população essencialmente jovem e dinâmica. A qualificação da mão-de-obra disponível é determinante para poder estimular a instalação de empresas de produção, atrair o investimento externo e desenvolver o turismo em potência. Resulta deste entendimento a importância do desenvolvimento do **Ensino Secundário Técnico** (EST), profissionalizante, articulado com a Formação Profissional, com o enfoque na formação técnico-científica, entendida a capacitação profissional como um factor impulsionador do desenvolvimento económico e sustentado.

A partir de 2001 introduz-se uma reorientação das políticas no sector educativo, particularmente na sua vertente Ensino Técnico, inserida numa estratégia global de desenvolvimento sustentado do país. Nos últimos cinco anos imprimiu-se uma maior articulação entre o Ensino Técnico e a Formação Profissional, através de medidas de reforço da pertinência e da qualidade deste ensino com a implementação de novos planos de estudo, novos cursos, com o reforço da formação gestores, de professores e de monitores para esse ensino, e o reequipamento das escolas técnicas, particularmente laboratórios, oficinas e salas de informática e bibliotecas, com o contributo de quadros nacionais.

Para além de ministrarem cursos técnicos ditados pelas necessidades do mercado do trabalho e do mundo empresarial, as Escolas técnicas disponibilizam a todos os jovens cursos profissionais que podem conferir certificados de nível 3 – após o 10º ano, ou certificados de nível 4 – após o 12º ano. A qualidade do ensino técnico que abarca os dois últimos anos (11º e 12º), ministrado, hoje, nas quatro escolas que acolhem um total de 1645 alunos, a sua credibilidade e aceitação social, está bem patente através da grande procura pela camada jovem e o elevado desempenho profissional dos quadros formados, em grande número, o que mostra a necessária consolidação da política formativa a nível das escolas técnicas. Como ganhos visíveis, regista-se a formação específica para o ensino de 246 professores da via técnica, muitos deles saídos das escolas técnicas; mais de 600 jovens com cursos profissionais gratuitos, no âmbito da cooperação com Canárias, quase todos com emprego garantido; mais de 1000 formados no regime de cursos profissionais pós-laboral – parceria escola técnica/empresas, para além de saídas anuais de jovens que terminam, com sucesso o 12º ano da via técnica (nível 3) e os que fazem, ainda, o Ano Complementar Profissionalizante (nível 4). Constituindo o ensino politécnico vertente privilegiada da Universidade de Cabo Verde, que também oferece cursos profissionais pós-secundário, são esperados para o ensino técnico-profissional ganhos adicionais em matéria de especialização e de investigação, com passarela para a formação profissional superior.

O Ensino Superior (ES) encontra-se, actualmente, na fase de consolidação e de expansão, registando abertura de novas escolas privadas e o funcionamento de novos cursos. A Universidade Pública de Cabo Verde, um velho sonho agora materializado, configurada para a coexistência do Ensino Universitário e Politécnico, privilegiando a formação em rede, encontra-se em fase de consolidação, assenta no pressuposto de que ela deve contribuir para um ensino competitivo e de qualidade, para a redução da pobreza e para a produção de conhecimentos de suporte ao desenvolvimento sustentado do país. Por outro lado, a Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência (DGESC) está sendo reforçada para assumir, na plenitude, as suas competências nos domínios da definição de políticas educativas para o ensino superior e da regulação e fiscalização deste ensino. Contando o país, em 2001, apenas com o Instituto Superior de Educação, cujas instalações próprias foram inauguradas em 2004 e herdeiro da antiga Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário, hoje fazendo parte da Uni-Cv, quase dez anos depois os jovens cabo-verdianos contam com uma Universidade Pública e mais nove instituições de ensino privadas, incluindo o INIDA, com ofertas diversificadas.

Para além de poder permitir o incremento da formação de quadros no país, e os números assim o confirmam, o Ensino Superior, no país, surge como uma opção estratégica de crescimento progressivo da oferta nacional e conseqüente redução da procura de cursos no exterior que até há bem pouco tempo se apresentava como única alternativa para os estudantes cabo-verdianos. Presentemente, as inscrições nas instituições superiores no país são superiores às registadas no exterior. Cerca de 8465 estudantes frequentam actualmente as instituições superiores, no país, em diferentes áreas académicas. O aproveitamento das competências cabo-verdianas residentes no país e no estrangeiro e a cooperação com instituições de ensino superior de outros países, têm-se revelado fundamentais e estratégicas para a Universidade Pública de Cabo Verde e para o desenvolvimento de uma política nacional de Ciência e Tecnologia.

A democratização do acesso ao ensino superior ao longo destes últimos dez anos acompanhada de uma política de atribuição de bolsas e de subsídios (quadro nº 6) atribuídos aos jovens cabo-verdianos, particularmente os provenientes de famílias mais desfavorecidas, a avaliar pelo quadro seguinte, põe em evidência o rosto humano do actual governo e a sua política de financiamento de estudos superiores almejado pelos jovens.

Quadro 6: Evolução de novas bolsas e subsídios financiados pelo Governo de Cabo Verde - 2000 a 2009

Ano	Portugal	Brasil	Outros Países	Beneficiários		Total Geral
				No exterior	Em Cabo Verde	
2000	197	87		284	292	576
2001	91	12		103	301	404
2002	41	12		53	371	424
2003	30	20		50	300	350
2004	37	20		57	300	357
2005	98	52		150	300	450
2006	125	67	14	206	322	528
2007	100	62	10	172	300	472
2008	60	50	2	112	305	417
2009	93	30	53	176	470	646

Tendo em atenção a realidade geográfica do país e a parceria em matéria de formação de quadros e de investigação em rede, o Ensino a Distância aparece como uma grande aposta para a Universidade Pública de Cabo Verde e para o Ensino Superior no país, devendo a Rádio e Novas Tecnologias Educativas (RNTE), a transformar-se, proximamente, na Rádio, Televisão e Novas Tecnologias Educativas, desempenhar papel preponderante. Por outro lado, regista-se a implementação de medidas que visam o reforço de mobilização para as áreas de estudo ligadas às Novas Tecnologias, às matemáticas e outras ciências puras e também da saúde, para além do reforço do ensino das línguas, já em curso, sem prejuízo para as formações ainda circunscritas às vertentes humanística e socio-económica.

Constitui, portanto, um desafio, para o país, o desenvolvimento de um Ensino Superior, competitivo e de qualidade no qual se integra o funcionamento da Universidade Pública de Cabo Verde como uma instituição de referência que, na base de parcerias com instituições privadas, nacionais e estrangeiras, devem poder oferecer aos jovens um ensino cada vez de maior qualidade e competitivo

A Educação de Adultos, abrangendo as componentes de Alfabetização e Pós Alfabetização, é orientada para a promoção do desenvolvimento pessoal e social. Em termos de população analfabeta, segundo os dados do QUIBB** 2007, hoje, a taxa do analfabetismo situa-se abaixo



dos 20% contra os 63% em 1975 e mais de 25% em 2000, não obstante a disparidade social geográfica. Por exemplo, na faixa etária até 25 anos essa taxa situa-se entre 2 a 3%. O objectivo é o de reduzir para 5% a taxa do analfabetismo considerada mais alta na faixa dos 15 aos 49 anos, até 2015.

A Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA), recentemente transformada na Direcção Geral de Educação e Formação de Adultos (DGEFA), promove a elevação do nível escolar e cultural de jovens e de adultos numa perspectiva de educação permanente e de formação profissional e por isso proporciona a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, pós-alfabetização, a aprendizagem e acções de formação profissional (nível 1 e 2), para o exercício de uma profissão e para o auto-emprego, para além do Ensino Recorrente destinado a jovens e adultos. A acção formativa da DGEFA, tem sido determinante e com muito impacto junto da camada jovem, onde se verificam ganhos indiscutivelmente reconhecidos nos últimos cinco anos, com efeito positivo no combate à pobreza, traduzindo-se na capacitação profissional – presencial e a distância – de cerca de 15.000 jovens aptos para o exercício de uma profissão e para o auto-emprego. Na Educação Básica de Adultos organizada em 3 fases (1ª, 2ª e 3ª fases), equivalente ao EBI, o plano de acção abrangeu, de 2001/02 a 2009/10, cerca de 16.440 Jovens e adultos. No Ensino Secundário Recorrente – 7º e 8º Anos (promoção cultural ou profissional) como nova oportunidade para o acesso à escolarização dada àqueles que abandonaram o sistema escolar, o plano de acção abrangeu, de 2003 a 2010, cerca de 3. 327 jovens.

A implementação do Desenho Curricular de Educação e Formação de Adultos, baseado em competências, com o sucesso que se espera, constitui, para essa Direcção Geral, um importante desafio já com ganhos à vista.

Em matéria de **apoios sócio-educativos**, enquanto aposta estratégica do Governo, o sector da Educação é servido, hoje, por um Serviço Social Escolar incorporado no Instituto Caboverdiano de Acção Social Escolar – ICASE, recém transformado numa Fundação – a FICASE, e que assegura o apoio social escolar a alunos e estudantes nos diferentes níveis de ensino, – particularmente os provenientes de famílias socialmente desfavorecidas, através de um Programa de Cantina Escolar que oferece uma refeição quente, actualmente a cerca de 95.000 crianças matriculadas no Pré-Escolar e no Ensino Básico Integrado (EBI), para além de outros

apoios disponibilizados traduzidos em pagamento de propinas, subsídios e bolsas de estudo, distribuição gratuita de material didáctico-pedagógico, transporte e Kits escolares, acesso a lares de estudantes, traduzindo-se, de 2001 a 2010, num investimento financeiro de grande monta. Hoje o país dispõe de dois importantes programas estratégicos de alimentação e saúde escolares: o Programa Nacional de Cantinas Escolares e o Programa de Saúde Escolar. O quadro nº 7 exhibe o investimento consentido pelo ICASE /FICASE, através de Programas Sócio-educativos com relação aos anos 2001/2002 a 2010

Quadro 7: Programas Socio - educativos 2001 a 2010

Programas	Nº de Beneficiários	Impacto financeiro	Apadrinhados
Transportes Escolares	32.338	127.709.964,00	
Propinas	42.746	60.924.654,00	
Materiais Escolares - Ens. Secundário	9.819	19.833.650,00	
Residência Estudantil	2.112	115.669.538,00	469
Materiais Escolares - Ensino Básico	54.790	50.632.611,00	435
Cantinas Escolares - Ensino Básico	638.186	687.996.921,00	
Cantinas Escolares - Pré - Escolar	146.499	103.617.863,00	
Bolsas de Estudo	1.828	27.525.600,00	
Bolsas de Formação Profissional	139	3.037.980,00	
Subsidios - Ensino Superior	1.928	79.272.990,00	
Saúde Escolar	159.485	14.000.000,00	
Total	1.089.870	1.290.220.772,00	904

Investimentos no Sector das Infra-estruturas da Educação, de 2001 a 2010

Em 2003 o Ministério da Educação foi dotado, pela primeira vez de um Plano Estratégico que tem servido de instrumento orientador com as principais orientações estratégicas e as acções a serem empreendidas no sector educativo e com a indicação e concretização de planos sectoriais a nível concelhio. A Carta Educativa é um outro instrumento de planificação disponibilizado para o Sistema. Com ela, o parque escolar modernizou-se e alarga a sua capacidade de resposta com a construção e reabilitação das seguintes escolas, de 2001 a 2010:

Escolas Secundárias de (1) Achada Grande, (2) de Calabaceira, (3) de Palmarejo, (4) de Achada Falcão, (5) de João Dias, (6) de Vila de Pedra Badejo (2ª fase), (7) de João Teves, (8) de Achada Leitão, (9) de Cabeça de Carreira, (10) de Chão Bom, (11) de Batalha, (12) de São Miguel, (13) de São Domingos (2ª fase), (14) de Coculi, (15) da Ribeira das Patas, (16) de Jorge Barbosa, (17) de Sal Rei (2ª fase), (18) as instalações do ex Instituto Superior de Educação, (19) a Escola Industrial e Comercial do Mindelo (reabilitação), (20) o Instituto Superior de Engenharias e Ciências do Mar – ex ISECAMAR (reabilitação), os complexos escolares de (21) Mancholi e de (22) Paul de Baixo, totalizando o montante em escudos cabo-verdianos de **3. 755 134 432\$00**. Ainda, e durante os anos 2001 a 2010, o governo investiu o valor de **922 084 637\$57** em reabilitação de escolas do EBI e ES, vedação de escolas, construção de salas de aula e especializadas e de laboratórios, placas desportivas, construção e reabilitação de WCs, fornecimento de mobiliários e equipamentos educativos.

Naturalmente que todo esse avultado investimento, que vai continuar ainda nos próximos anos, traduz-se numa melhor e crescente qualidade de ensino, porque significa a melhoria das condições de ensino – aprendizagem, um ambiente escolar propício ao sucesso escolar, uma maior segurança para as escolas e para os alunos e professores, um maior envolvimento da comunidade na vida e gestão das escolas, o exercício da docência com mais e melhor motivação, o enriquecimento dos currícula escolares com recurso a actividades escolares e extra-escolares. O reforço institucional do Ministério da Educação traduzido na implementação de uma nova Orgânica e no recrutamento de quadros gestores e planificadores, completa o quadro que habilita o Sector para as exigências dos novos tempos.

A dignificação da Carreira Docente e os ganhos por ela conseguidos

A Classe Docente está comemorando, uma vez mais, o Dia Nacional do Professor e Cabo Verde está a poucos dias de assinalar os seus 35 anos de independência. Hoje o país é bem diferente daquele herdado em 1975. Os ganhos em Educação, de 1975 até ao presente, são inegáveis e deles só pode o cabo-verdiano sentir-se orgulhoso. Na última auscultação à população cabo-verdiana feita pelo Instituto Nacional de Estatísticas, 80% dos cabo-verdianos reconheceram muito satisfatoriamente a qualidade da Educação. A classe docente, detentora de um Estatuto de Carreira aprovado em 2004, que a dignifica e a valoriza, só tem razões para se sentir orgulhosa

e satisfeita. E se atendermos aos ganhos, de 2001 a 2010, que resultam do desenvolvimento da carreira, uma carreira profissional que esteve congelada durante quase toda a década de noventa, pode-se concluir que os dois últimos governos souberam, e bem, interpretar os anseios da Classe e responder às suas expectativas e necessidades, de acordo com as possibilidades do país, tendo em conta os seguintes ganhos somados:

Integração dos Professores e Agentes Administrativos do MED no INPS

Com o início, a partir de 2006, do processo de integração dos funcionários públicos na Previdência Social, o Ministério da Educação, enquanto empregador do maior número de funcionários públicos, deu início, também, ao processo de integração dos seus professores e agentes administrativos. Cerca de **8.271** funcionários e agentes do MED já se encontram integrados na Previdência Social e a beneficiar das regalias existentes. Apenas, em curso um inexpressivo número de servidores do Sistema que aguardam a sua entrada, situação a ser regularizada muito brevemente.



No que diz respeito aos familiares beneficiários dos funcionários integrados (cônjuges e ascendentes), o processo encontra-se em curso e a morosidade verificada se deve apenas a procedimentos puramente administrativos. Até à presente data foram já inscritos cerca de **2.320** agregados familiares e diligências estão sendo feitas para a finalização, com sucesso, do processo.

Nomeação Definitiva na Carreira

O ingresso no quadro definitivo de muitos professores, uma acertada decisão do MED e que tem sido muito aplaudida, constitui um outro ganho para a classe docente. Na verdade, este foi durante alguns anos uma legítima aspiração de muitos professores que vinham trabalhando em regime de contrato de trabalho. O processo teve o seu início em 2009 com 1736 pedidos recebidos. As tramitações administrativas estão em curso. Desses pedidos, em número crescente, cerca de **483** já tiveram publicação, enquanto outros tantos pedidos encontram-se em análise, na Administração Pública, com vista à sua publicação, o que deverá acontecer brevemente. Deve ser dito que o processo de entrada para o quadro está em aberto para todo aquele que, de acordo com a lei, reúne os requisitos que são legalmente exigidos. Deve-se acrescentar que nos anos 2005 e 2006 mais de **500** professores entraram para o quadro definitivo, número esse que não aparece, aqui, contabilizado.

Promoções no âmbito da Lei Medida

Com a implementação da Lei Medida (Decreto-Lei nº 17/2005) foram contemplados **420** professores, como mostra o quadro nº 8, tendo os mesmos sido beneficiados do desenvolvimento profissional na vertical, traduzindo esse facto em melhorias significativas para o professor contemplado.

Quadro 8: Promoção na Cadeira Docente

Níveis de Ensino	Nº de Beneficiários	Encargo Financeiro
Ensino Básico	276	
Ensino Secundário	144	
Total	420	87.102.041,00

Reclassificações/Reenquadramento

Foram feitas reclassificações, de 2001 a 2006, beneficiando um total de **1.480 professores**, distribuídos pelo EBI e ES, conforme mostra o quadro nº 9, com um investimento financeiro na ordem dos **229.651.590,00**. As reclassificações relativas a 2007/2009, foram já retomadas, estando o processo em curso, pelo que é de se acreditar que o processo estará concluído brevemente.

Quadro 9: Reclassificação/ Reenquadramento na Carreira Docente

Níveis de Ensino	Nível	Nº de Beneficiários	Valores Financeiro
2001 a 2006	Ensino Básico	782	
	Ensino Secundário	689	
Total		1.480	229.651.590,00

Progressões

No âmbito do desenvolvimento profissional mediante progressão, com relação aos anos de 2001 a 2006, foram já beneficiados, em matéria de progressão, **2.644** professores, atingindo a soma de **108.811.466\$00**, conforme evidencia o quadro nº10. As progressões de 2007 a 2009 estão em curso, devendo as mesmas serem publicadas muito brevemente

Quadro 10: Progressões na Carreira Pessoal Docente 2001 a 2006

Nível de ensino	Nº de Beneficiários	Encargos Financeiros
Ensino Básico	1.924	
Ensino Secundário	720	
Total	2.644	108.811.466,00

Subsidio Por Não Redução de Carga Horária No Ensino Básico

Os subsídios por não redução da carga horária atribuídos aos professores do EBI são estipulados em 10%, 20%, 30% e 40% sobre o vencimento de base do professor: Esses subsídios têm correspondência respectiva com os 15, 20, 25 e 30 anos de serviço docente. Em curso está o pagamento do subsídio, conforme o quadro nº 11, referente ao ano de 2005/2006, sendo

beneficiados um total de **762** professores de diferentes concelhos do país, o que, certamente, contribuirá para uma melhoria na massa salarial. Com relação aos anos de 2007 a 2009, o processo visando o pagamento do subsídio está em curso, de acordo com os compromissos assumidos com os Sindicatos.

Quadro 11: Subsídios de carga horária

Anos	Nº de Beneficiários	Encargos Financeiros
2001	151	6.541.000,00
2002	255	10.238.000,00
2003	241	15.915.000,00
2004	261	13.754.000,00
2005/2006	762	7.724.176,00
Total	1.670	40.463.176,00

Subsídio de Isolamento

O subsídio de Isolamento é atribuído aos professores que residem ou se deslocam, diariamente, para exercerem funções nas escolas das localidades consideradas isoladas, concebido como uma forma de incentivo à expansão do ensino a todas as localidades. Neste momento já foram efectuados os respectivos pagamentos de acordo com o quadro abaixo nº 12.

Quadro 12: Subsídios de isolamento

	Anos letivos				Totais
	2003/2004	2004/2005	2005/2016	2009/2010	
Nº Beneficiários	806			197	1.003
Montantes Financeiros	17.286.275,00	21.770.648,00	22.395.423,00	18.965.205,00	80.417.551,00

Apesar desses inúmeros e significativos ganhos, reconhecidos pela classe docente e pelas organizações sindicais, a verdade é que o engajamento do Governo é cada vez maior e com redobrada e inabalável vontade de trabalhar no sentido de fazer mais e melhor perante os novos desafios que exigem novas respostas que resultam do próprio processo de desenvolvimento do país. Estamos em presença de novos desafios de uma Educação competitiva e exigente,

face a exigências compreensíveis de um corpo docente cada vez mais profissional e que deve apostar na auto-formação, procurando estar à altura de um Cabo Verde moderno, competitivo e exigente, que continua elegendo a Educação e a valorização dos seus recursos humanos como uma aposta estratégica, uma condição primeira para um desenvolvimento sócio-económico sustentado, abrangente e equilibrado, favorável à inclusão social e à solidariedade social. Por isso, as expectativas são elevadas e, por isso mesmo, as perspectivas são enormes e o sucesso está ao alcance todos e de cada servidor do Sistema.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A realidade do Cabo Verde de hoje põe em evidência a clarividência das opções estratégicas e a eficácia das medidas adoptadas nos últimos 10 anos de governação. Por isso, existe a consciência clara de que o desenvolvimento de Cabo Verde passa necessariamente por um ensino e uma formação profissional cada vez mais de qualidade, alicerçados nas novas tecnologias, competitivos e modernos, capazes de permitir ao jovem cabo-verdiano de hoje e também às próximas gerações, conhecimentos que servem de motor do desenvolvimento pessoal e do país, e, ao mesmo tempo, de instrumento de progresso em Cabo Verde e no mundo. E agora que o país integra o grupo de Países de Rendimento Médio, há a consciência clara que disso resulta para o Ministério da Educação um quadro de **desafios e perspectivas**, próprias de um país que se sente orgulhoso mas consciente das responsabilidades, que o Ministério da Educação responsabilmente



assume, em consonância com os grandes Objectivos do Milénio (já quase todos alcançados), da Educação para Todos, sem se esquecer dos desafios subjacentes à Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza que, com certeza, serão atingidos.

Para além dos desafios atrás referidos, outros ainda o Ministério da Educação abraça com firmeza, determinação e com a firme convicção do sucesso porque constituem objectivos estratégicos e orientadores da acção educativa para os próximos tempos. São eles:

- A melhoria da qualidade de um ensino que deve ser cada vez mais competitivo, dando suporte à modernização e sustentabilidade do Sistema Educativo;
- A continuidade do reforço da formação e capacitação de agentes educativos nos diferentes níveis e subsistemas educativos e a melhoria das carreiras docente e inspectiva;
- O funcionamento integrado do Sistema Educativo e a adopção de práticas pró-activas e de gestão de excelência;
- A desenvolvimento de uma política de boa governação das escolas que fazem parte de um parque escolar moderno e atractivo, posicionando elas como escolas cidadãs e seguras, e o acesso das mesmas às novas tecnologias de comunicação e informação;
- O desenvolvimento de um Ensino Superior, inserido num quadro normativo-jurídico, competitivo e de qualidade no qual se integra o funcionamento da Universidade Pública de Cabo Verde como uma instituição de referência, oferecendo, em parceria com as instituições privadas, nacionais e estrangeiras, um ensino de qualidade;
- O reforço do combate ao analfabetismo de retorno, com recurso à formação a distância, na linha de uma redução gradual da taxa de analfabetismo (actualmente de 20,4%), de modo a que em 2015 se atinja a taxa de 5% na faixa dos 15 aos 49 anos, complementando uma política de formação profissional para adultos visando a inclusão social, o combate à pobreza, o auto-emprego e o empreendedorismo;
- O reforço de mecanismos de segurança e integridade dos espaços educativos e o fomento do cultivo de valores da democracia, da cultura da paz, da solidariedade, da cidadania e de cidadão do mundo;

- A cultura digital e o reforço nos domínios da gestão, planificação, avaliação e capacitação técnica do sistema e dos subsistemas de ensino e de formação;
- A adaptação do actual estatuto do Pessoal Docente aos novos tempos e ao desenvolvimento do país, com impacto positivo na remuneração dos professores;
- A generalização do alargamento da escolaridade básica obrigatória gratuita de oito anos;
- O cumprimento integral dos Objectivos do Milénio, e a melhoria dos indicadores de qualidade responsáveis pela eleição de Cabo Verde como PRM, continuando a Educação a ser, indiscutivelmente, o principal eixo do desenvolvimento global de Cabo Verde.

E porque, já o dissemos, os progressivos ganhos conseguidos ao longo dos 35 anos de independência não teriam sido conseguidos sem a contribuição exemplar da classe docente, e porque também este trabalho tem lugar a poucos dias do passado 23 de Abril, estão de parabéns o(a) professor e professora cabo-verdiano(a) pela passagem de mais um Dia Nacional do Professor. Enquanto Professor vencedor, tal como Cabo Verde o é, indiscutivelmente, e com a inabalável vontade de fazer mais e melhor, o professor e a professora cabo-verdiano(a) têm sobejas razões para festejar, de forma confiante e alegre, o hoje, presente, e acreditar no amanhã, futuro, porque este será ainda muito melhor e promissor, devendo, por isso, assumir-se, na plenitude e desde já, como **PROFESSOR INOVADOR PARA UMA NAÇÃO VENCEDORA**.

Parabéns está, também, o nosso país Cabo Verde, a poucos dias de poder assinalar os seus trinta e cinco anos de país livre e independente. São 35 anos de esforço sem limite, de trabalho consentido e de inabalável determinação de um pequeno país, hoje de Rendimento Médio mas com aspiração a país Desenvolvido e próspero. São, na verdade, 35 anos de um exemplar percurso bem sucedido, de pleno sucesso, que nos orgulham a todos, cabo-verdianas e cabo-verdianos, no país e no mundo, e nos motivam a continuar sempre na senda do progresso. E como no passado e no presente, a Educação estará sempre na vanguarda enquanto pilar do desenvolvimento sustentável dos cabo-verdianos. Parabéns, **CABO VERDE – NAÇÃO VENCEDORA E GLOBAL – ILHAS AFORTUNADAS – POVO VENCEDOR**, Sempre.



Ganhos e Desafios 2011 a 2015

A EDUCAÇÃO NO LIMIAR DA VIII LEGISLATURA: DESAFIOS E PERSPETIVAS

A governação do país, a partir de 2011, teve início sob o signo de uma nova Legislatura – a VIII, tendo como objetivo maior e imperativo nacional a *“Construção de uma Nação mais inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos”*. Uma vez mais, a Educação ganha realce no Programa do Governo para 2011 a 2016 e para o Setor da Educação, estabelecendo nele e como objetivo primeiro para o referido setor *“Capacitar os recursos humanos / Qualificar e especializar o capital humano”*, estabelecendo, para o efeito, entre outras, as ações seguintes:

- Melhorar o Sistema Educativo nacional, do pré-escolar ao secundário;
- Consolidar o sistema integrado de educação-formação-emprego para responder às necessidades estratégicas do país;
- Criar condições para estender o ensino obrigatório até ao 12º ano de escolaridade;
- Fazer evoluir o ensino secundário para a promoção de saídas profissionais sem excluir o acesso direto ao Ensino Universitário;



- Adequar o conteúdo do ensino às exigências dos novos tempos, com ênfase em disciplinas-chaves e na informática, dotando os formandos de competências essenciais a mercados de trabalho, marcados cada vez mais por tecnologias sofisticadas de informação e comunicação;
- Facilitar a aprendizagem ao longo da vida e implementar programas para o “aprender fazendo” e a formação em exercício.

Já nas vésperas das eleições legislativas de Fevereiro de 2011, havia já a consciência clara dos ganhos e dos avanços conseguidos em matéria de educação e ensino, registados na Brochura *“Cabo Verde e a Educação - ganhos e Desafios - Junho de 2010”* mas, igualmente, o país e os responsáveis pela Educação tinham já a consciência clara que desses ganhos e avanços resultavam para o Ministério da Educação “um quadro de desafios e perspectivas... mas que o mesmo responsabilmente assume -. Por isso, na referida brochura o Ministério da Educação elencou os seguintes objetivos estratégicos e orientadores da ação educativa para os próximos cinco anos (2011 a 2016):

- A melhoria da qualidade de um ensino que deve ser cada vez mais competitivo, dando suporte à modernização e sustentabilidade do Sistema Educativo;
- A continuidade do reforço da formação e capacitação de agentes educativos nos diferentes níveis e subsistemas educativos e a melhoria das carreiras docente e inspetiva;
- O funcionamento integrado do Sistema Educativo e a adoção de práticas pró-ativas e de gestão de excelência;
- O desenvolvimento de uma política de boa governação das escolas que fazem parte de um parque escolar moderno e atrativo, posicionando elas como escolas cidadãs e seguras, e o acesso das mesmas às novas tecnologias de comunicação;
- O reforço do combate ao analfabetismo de retorno, com recurso à formação a distância, na linha de uma redução gradual da taxa de analfabetismo (atualmente de 20,4%), de modo a que em 2015 se atinja a taxa de 5% na faixa dos 15 aos 49 anos;
- O Reforço de mecanismos de segurança e integridade dos espaços educativos e o fomento do cultivo de valores da democracia, da cultura da paz, da solidariedade e da cidadania;

- A cultura digital e o reforço nos domínios da gestão, planificação, avaliação e capacitação técnica do sistema e dos subsistemas de ensino e de formação;
- A adaptação do atual Estatuto do Pessoal Docente aos novos tempos e ao desenvolvimento do país, com impacto positivo na remuneração dos professores;
- A generalização do alargamento da escolaridade básica obrigatória gratuita de oito anos;
- O cumprimento integral dos objetivos do Milénio para a Educação e a melhoria dos indicadores de qualidade responsáveis pela eleição de Cabo Verde como PRM, continuando a Educação a ser, indiscutivelmente, o principal eixo do desenvolvimento global de Cabo Verde.

A EDUCAÇÃO: DE 2011 A 2015: GANHOS E DESAFIOS

Caracterização por Subsistema Educativo:

É de justiça reconhecer que a primeira década do novo século fica marcada por um esforço considerável traduzido na modernização do Sistema Educativo, tanto a nível de infraestruturas como a nível de gestão e planeamento do próprio Sistema. Em matéria de infraestruturas educativas e condições pedagógicas e do exercício da atividade docente, a situação mudou consideravelmente para melhor, ao mesmo tempo que a capacidade nacional de produção de normativos e de material didático-pedagógicos de apoio a alunos, professores, diretores e gestores escolares, nomeadamente legislação específica em matéria de educação e de ensino, equipamentos especializados e comprometidos com as novas tecnologias, salas especializadas e de apoio às crianças com necessidades educativas especiais, bibliotecas bem apetrechadas, elaboração e produção nacional de manuais escolares, etc.

Os últimos quase cinco anos da presente Legislatura – 2011 a 2015 – foram de continuação do excelente trabalho desenvolvido no setor da Educação e, conseqüentemente de ganhos adicionais. Na verdade, foram de consolidação, extensão e reforço dos ganhos que são já reconhecidos, graças aos princípios norteadores dos Programas de Governo das três últimas legislaturas, mas também devido à visão estratégica dos mesmos e aos desafios estratégicos e programáticos a que os governos se propuseram nos últimos três mandatos de governação.

De acordo com essa visão estratégica para o setor, a Educação afirmou-se nos quinze anos de governo como fator determinante e impulsionador de todo o processo de desenvolvimento de Cabo Verde, assumido como um instrumento privilegiado de capacitação e valorização do capital humano, ao mesmo tempo que suportado por princípios eleitos que dão substância às intervenções educativas, nomeadamente a Equidade, a Qualidade, a Eficácia e a Modernização e Sustentabilidade do Sistema Educativo.

É neste quadro propiciador de mudanças, de modernização e de ganhos para o Sistema Educativo que o Setor da Educação desenvolveu, na continuidade das duas legislaturas anteriores (2001-2006 e 2006-2011) as suas ações planificadas e que se traduzem, hoje, completos os quarenta anos de país independente e nas vésperas do início de uma nova legislatura, em resultados quantitativos e qualitativos bem expressivos e reconhecidos por toda a sociedade cabo-verdiana. Cabo Verde tem, hoje, mais, melhor e inclusiva Educação e uma população detentora de um maior grau de escolarização, o que significa dizer que os recursos humanos cabo-verdianos estão mais bem capacitados e ou qualificados, com inegável grau de especialização do capital humano.

A Educação para o desenvolvimento continua sendo um desígnio nacional, ao mesmo tempo que a aposta na qualidade aparece cada vez mais assumida, particularmente nos últimos cinco anos de governação e no Setor da Educação, articulado com a formação profissional para a integração na vida ativa (emprego). A qualidade que o Sistema Educativo tem em processo de edificação e afirmação deve poder resultar da permanente melhoria e do crescente alargamento da capacidade de acolhimento do parque escolar em resultado de uma inovadora Carta Educativa, do reforço e atualização do Corpo Docente e a conseqüente melhoria de gestão da Carreira e do desenvolvimento profissional.

De 2011 à presente data, o quadro que se apresenta, a nível nacional e em matéria de Educação e de ganhos assumidos de forma indiscutível pelos cabo-verdianos, é o seguinte:

Educação Pré-Escolar

Em 2001 o número de alunos na Educação Pré-Escolar (EPE) era de 19 810 crianças, tendo este número aumentado para 23 316 em 2014/2015. A taxa bruta de acolhimento situa-se, actualmente em 78,5%, sendo que a taxa de cobertura é de 70,6% para a faixa etária de 3 a 5 anos é de 85,1% para a faixa de 4 a 5 anos.

Neste subsistema o enquadramento institucional, o seu controlo, o acompanhamento didáctico-pedagógico e a formação dos agentes educativos, à luz do que a Lei de Bases estipula, assim como a existência de uma rede de jardins-de-infância, com forte participação do setor privado, dos municípios e do governo local, constituem ganhos reconhecidos. As melhorias a nível de infra-estruturas, a criação/definição do perfil e a institucionalização da figura do Coordenador pedagógico do Pré-escolar em todos os concelhos, a criação/definição de normas pedagógicas para a Educação Pré-escolar e a aprovação e a implementação do Documento do Plano Nacional para a Pequena Infância, no ano letivo 2015/16, são, certamente, a emanação de outros ganhos a serem somados aos já conseguidos e consolidados.

Educação Básica

No Ensino Básico (EB), as taxas de escolarização bruta e líquida (ano letivo 2014/2015) situam-se em 103,4% e 92,8%, respetivamente. Em 2001, o número de alunos matriculados neste nível de ensino foi de 90 640 crianças. Estima-se que, no presente ano letivo 2015/2016 encontrem-se matriculadas 62 761 crianças do primeiro ao sexto ano de escolaridade. Tal diminuição se deve à gradual redução da taxa de natalidade registada, o que se traduz, segundo dados oficiais, numa acentuada redução do número de filhos por casais. De uma média de 4 filhos em 2000, passou-se para 2,3 filhos em 2015. O total de alunos matriculados no Ensino Básico atinge os 85 663, estando neste número incluídos os alunos pertencentes ao 7º e 8º anos que passaram a integrar os oito anos de escolaridade básica obrigatória.

Em matéria de corpo docente, Cabo Verde tem no Ensino Básico quase 100% de professores com formação adequada. A taxa de transição aparente de alunos do Ensino Básico para o Ensino Secundário passou de 70,7%, em 2001, para 89,7% em 2014/2015 e a taxa de transição real nesse último ano situou-se nos 97,7%.

O alargamento da Escolaridade Básica obrigatória

Em 2010, Cabo Verde viu aprovada uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo Decreto-lei nº 2/2010, de 07 de Maio, depois da prolongada vigência da primeira Lei de Bases aprovada em Janeiro de 1990 que introduziu a escolaridade básica obrigatória de seis anos. A nova Lei

para além de outras inovações apresentadas, introduz a escolaridade básica obrigatória de 8 anos, distribuídos por três ciclos, acentuando o princípio do alargamento progressivo até perfazerem os 12 anos de escolaridade. Trata-se de um enorme ganho para o sistema Educativo e para os cabo-verdianos.

No quadro da Lei de Bases de 2010, o MED deu início à considerada terceira reforma educativa que visa a melhoria da qualidade do ensino, ao mesmo tempo que introduz métodos inovadores no processo educativo e de avaliação das aprendizagens, segundo a Pedagogia da Integração fundamentada numa Abordagem por Competências. Neste sentido, novos planos de estudos, com particular ênfase para novas disciplinas como Educação para a Cidadania nas suas diferentes dimensões como a Educação para os Direitos Humanos, Igualdade de Géneros, Educação para a Saúde Reprodutiva e Sexualidade Humana, para a Interculturalidade, Educação Ambiental e para o Desenvolvimento Sustentável, para a Paz, Defesa e Segurança, Educação para o Empreendedorismo e para a Cidadania Fiscal, para a Ética e Exercício de uma Cidadania Democrática, entre outras, de História e Geografia de Cabo Verde, Educação Artística, as TIC, etc., que foram introduzidas no Sistema Educativo.



A elaboração, produção e distribuição de manuais nacionais do Ensino Básico, em Cabo Verde, com o envolvimento de autores cabo-verdianos e das gráficas, no país, constitui, igualmente, um outro elemento inovador no processo, com acentuado ganho para o processo de ensino-aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.

Hoje, o ano do quadragésimo aniversário da Independência Nacional a escolaridade obrigatória de 8 anos é realidade para todos os cabo-verdianos e todas as cabo-verdianas. Ela foi já generalizada em todas as escolas básicas do país. O novo Ensino Básico estrutura-se em três ciclos, sendo o primeiro constituído pelo primeiro, segundo, terceiro e quarto anos de escolaridade, o segundo ciclo que reúne o quinto e o sexto anos de escolaridade e o terceiro ciclo que abarca o sétimo e oitavo anos que dantes integravam o chamado 1.º ciclo do ensino secundário.

Experiência de Ensino Bilingue

Como forma de valorização da língua cabo-verdiana e no sentido da melhoria do ensino e das aprendizagens da língua portuguesa, o MED apostou, convictamente, na introdução no Ensino Básico da experiência do ensino bilingue. Com esse propósito, o Ministério criou as necessárias condições para a bem sucedida experiência piloto (ainda em curso) em ensino bilingue, envolvendo, inicialmente, quatro turmas do Ensino Básico distribuídas pelos concelhos da Praia, de S. Miguel e do Tarrafal de Santiago. Neste ano letivo de 2015/2016, a experiência foi alargada a São Domingos, na ilha de Santiago e a São Vicente, com duas turmas a funcionar em cada um desses dois concelhos. A experiência conta com professores capacitados para o ensino bilingue, com a disponibilidade de programas e materiais didático-pedagógicos adequados e com a mobilização e o necessário envolvimento dos pais e encarregados de educação dos alunos envolvidos.

Educação inclusiva: necessidades educativas especiais

No quadro da política de Educação Inclusiva e no respeito pelo sagrado princípio de Educação para Todos, diretivas de apoio à educação inclusiva têm sido dadas e cumpridas no sentido do atendimento educacional especializado e complementar para alunos com Necessidades Educativas Especiais – uma acertada opção, traduzida em ganhos para as crianças necessitadas

e suas famílias. Ganhos relevantes foram alcançados nesse domínio graças ao investimento consentido na formação de agentes educativos para atendimento educacional especializado, nomeadamente em áreas específicas como Sistema de Leitura/Escrita Braille e surdez, a criação do Núcleo de Educação Inclusiva e Orientação Vocacional e Profissional, a criação de 14 salas de recursos nas escolas, nas Delegações do MED e nos serviços centrais, de Núcleos de Educação Inclusiva a nível das Delegações do MED para um maior e melhor atendimento de alunos com necessidades Educativas Especiais, o forte investimento nos recursos materiais que se traduzem na aquisição de equipamentos de montagem de Salas de Recursos e produção de material didático específico.

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL E TÉCNICO

Contrariamente ao que se verifica com o Ensino Básico que vê a sua população estudantil reduzir-se significativamente, de 2001 a 2015, por razões avançadas, o Ensino Secundário, graças a uma acentuada democratização, apresenta, para o mesmo período, um crescimento significativo dos efetivos deste nível de ensino, passando de 44 748 no ano letivo de 2000/2001, para 52 294, no ano letivo de 2014/2015. Este aumento aparece acompanhado por uma política de distribuição mais equilibrada de professores com formação exigida, ao mesmo tempo que se reforça a formação técnica e pedagógica de docentes, no país e no exterior, de acordo com um programa integrado de formação e de capacitação de professores, gestores, formadores e monitores.

De entre os muitos ganhos alcançados neste nível de ensino, destacam-se:

(1) a generalização do terceiro ciclo do ensino secundário a todos os concelhos, (2) a introdução das tecnologias de informação e comunicação no sistema do ensino, com equipamento e funcionamento de salas de informática e laboratórios na maioria das escolas secundárias, inserido na estratégia de melhoria da qualidade do ensino, destacando-se a aquisição e distribuição, de uma só vez, de cerca de 400 computadores, (3) no quadro da introdução das TIC no sistema de ensino, 4 413 professores dos ensinos básico e secundário foram formados em Programa Intel Ensino, curso de iniciação, (4) a criação do portal de conteúdos multimédia **e-scola**, (5) a implementação do Sistema Integrado de gestão escolares nas escolas secundárias e a conectividade de 15 escolas, (6) o reforço do Ensino das Ciências, através de seguimento

e avaliação do ensino experimental das ciências nas ES, (7) a implementação das Olimpíadas de Matemática a nível nacional e da CPLP e de Língua Portuguesa a nível nacional, (8) a revisão/adequação do sistema de avaliação das aprendizagens à nova abordagem pedagógica - avaliação por competências, (9) a elaboração e implementação do sistema de Avaliação Externa das aprendizagens para aferição da qualidade do ensino, (10) a implementação de novo modelo de organização e gestão das escolas e novo modelo de coordenação e supervisão pedagógica (nível escola, concelhia e central), (11) a aprovação e publicação de um quadro orientador para o desenvolvimento da formação – Regime Jurídico Geral da Formação Profissional, criando condições de base para a estruturação de um sistema integrado de Educação/Formação/Emprego, promovendo uma ligação efetiva entre a educação formal, a formação técnico profissional e o mercado de trabalho, (12) a capacitação de docentes em abordagem por competência, no âmbito da implementação das novas qualificações profissionais, (13) a implementação de 4 qualificações profissionais de nível 4 dentre as oito que foram adaptadas ao ETP, nas Escolas Técnicas e Escolas Secundárias de via geral, (14) o aumento de nº de turmas de qualificações profissionais adaptadas à via técnica, sobretudo nas escolas secundárias de via geral, (15) o alargamento da via técnica a 5 escolas secundárias da via geral (16) Implementação de formações de qualificação profissional com níveis de qualificação que variam entre três e cinco e num universo de 08 famílias profissionais, desenvolvidas em 11 escolas secundárias de via geral e de via técnica, (17) criação de Unidades Formativas nas escolas secundárias da Via Geral, (18) a implementação de qualificações profissionais no Ano Complementar Profissionalizante – ACP, (19) a Introdução de empreendedorismo no plano curricular dos alunos do 9º a 12º anos de escolaridade, (20) aquisição de equipamentos e o fornecimento de materiais para as Escolas secundárias – via geral e técnica, no âmbito da implementação do Catálogo Nacional de Qualificação Profissional (CNQP) no Ensino Técnico Profissional (ETP).

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Na sua história de país independente, Cabo Verde conseguiu fazer uma luta vitoriosa contra o analfabetismo e o obscurantismo que caracteriza o estágio da população cabo-verdiana à data da independência. Na verdade, nessa altura, mais de 63% dos cabo-verdianos não sabiam ler nem escrever. A luta persistente dos cabo-verdianos, a boa e estratégica política seguida pelos sucessivos governos e o apoio expresso da comunidade internacional conduziram o país a

resultados hoje considerados exemplares, com a significativa redução da taxa do analfabetismo, o que justifica, plenamente, o prémio internacional atribuído a Cabo Verde em matéria de alfabetização como via de desenvolvimento, de libertação e de afirmação de um povo fustigado por uma natureza agreste, ou seja o “Prémio de Alfabetização UNESCO Rei Sejong 2010” – conquistado no concurso internacional, promovido anualmente pela UNESCO, com objetivo de premiar as boas práticas no âmbito da educação de adultos.

De acordo com os dados do último Inquérito Multi-objectivo Contínuo (IMC) de 2013, sob a responsabilidade do INE, a taxa de alfabetização da população de Cabo Verde, 15 anos ou mais, é de 87,2%, registando no masculino 91,0% e no feminino 83,4%. Quanto a alfabetização juvenil, 15-24 anos, a taxa é de 97,8%, registando no masculino 97,2% e no feminino 98,4%; a implementação do Ensino Recorrente Secundário em quase todos os concelhos do país, abrangendo mais de 5000 jovens e adultos, desde 2003.

A adopção de um novo “Desenho Curricular de Educação e Formação Geral de Adultos, integrado, assente numa nova abordagem por competência e numa estrutura modular, com articulação com o emprego, o auto-emprego e o empreendedorismo, a produção e implementação de cerca de 32



ações formativas socioprofissionais e certificadas mais de 25.000 formandos, a nível nacional, segundo Sistema ECCA de Formação a Distância, mais de 4000 mil jovens e adultos abrangidos nas ações de Aprendizagem e Formação Profissional, em diferentes áreas, articulando a vertente académica com o profissional, a nível nacional, constituem ganhos marcantes e estruturantes em matéria de educação e formação de adultos.

AÇÃO SOCIAL E ESCOLAR: CONQUISTAS E DESAFIOS

Desde 2010 que, com o chamado desengajamento e retirada do PAM, Cabo Verde assumiu, por inteiro, o Programa Nacional de Cantinas e Saúde Escolares, o que representa, em termos orçamentais, custos elevados inteiramente suportados pelo Orçamento Geral do Estado que coloca à disposição da FICASE recursos necessários para garantir apoios socioeducativos, incluindo a saúde escolar, a cerca de 100 mil alunos anualmente beneficiados com refeições quentes em todas as escolas do EB. Por outro lado a política de apoio social continua, traduzindo-se no pagamento de propinas e bolsas de estudo a mais de 8.400 alunos do ensino secundário, e, também, a 4.457 estudantes do ensino superior que recebem bolsas de estudo e subsídios, para além de cerca de 40.000 kits escolares orçados em 36.000 contos e que são anualmente distribuídos a alunos, no início de cada ano letivo, atingindo tudo a soma de 691.998.927 ECV.

Em matéria de alimentação escolar, a experiência cabo-verdiana tem sido um sucesso a ponto de ser considerado por outros países, como exemplo a ser seguido. E a realização do XVII Global Child Nutrition Forum realizado na cidade de Santa Maria, ilha do Sal, de 28/09 a 02/10 de 2015, que contou com a presença e participação de 45 países, de 18 Ministros, de organizações internacionais de renome como As Nações Unidas, o Programa de Alimentação Mundial, o Global Child Nutrition Foundation, o Centro de Excelência Contra a Fome do Brasil, o Fundo para o Desenvolvimento da Educação, Brasil, o Serviço de Alimentação e Nutrição dos Estados Unidos da América e cerca de 250 participantes, incluindo 13 ministros provenientes de fora, é a confirmação da boa governação cabo-verdiana neste setor e do reconhecimento de medidas de política estratégicas e acertadas em matéria de alimentação escolar, com resultados reconhecidos pela sociedade cabo-verdiana e pelas organizações internacionais que lidam com esta tão importante quanto complexa matéria de alimentação escolar e saúde escolar como suporte de toda a política educativa no país. Fique claro o reconhecimento pelo sucesso na implementação

das experiências piloto e bem-sucedidas, no país, relacionadas com hortos escolares a nível concelhio para melhorar a dieta alimentar das crianças e garantir a sustentabilidade das refeições quentes servidas nas escolas, e com a Escola Promotora de Saúde, envolvendo 15 escolas distribuídas pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santiago e Fogo, traduzidas em visitas médicas, consulta de oftalmologia com oferta de óculos prescritos, consultas dentárias, Kid's Athletics, etc.

Se os ganhos em matéria de ação social escolar, com ênfase para a alimentação escolar são evidentes e reconhecidos, particularmente nos últimos cinco anos em que Cabo Verde passou a contar com o seu Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, a verdade é que os desafios não são menores e de pouca monta. Na verdade, a questão que se coloca é a da sustentabilidade do Programa em matéria de disponibilidade de recursos financeiros. Assim se compreende o fato de Cabo Verde ter sido o país anfitrião do recente Fórum internacional na ilha do Sal, em que, para além de outros objetivos visados, se elegeu como desafio, enquanto imperativo nacional, para o qual se impõe respostas acertadas e urgentes, a inovação no financiamento para a nutrição, a nível de Programas nacionais de alimentação escolar, tendo como razão plausível a Educação enquanto bem comum, onde o desenvolvimento sustentável é uma preocupação central e uma necessidade crucial, alicerçada numa abordagem humanística e solidária.

INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS – PARQUE ESCOLAR

Infraestruturas educativas construídas de 2011 a 2015

O país dispõe, hoje, de um parque escolar moderno e apelativo a uma aprendizagem de sucesso. A Carta Educativa, instrumento de base e norteador de todo o processo de planificação, construção e de gestão das infraestruturas educativas ao serviço do Sistema Educativo, põe em evidência a quantidade e a qualidade de novas escolas construídas e inauguradas, enquanto outras se encontram em construção e ou ainda em projetos sob processo de financiamento. Com a estabilidade da população estudantil, com tendência para um decréscimo controlado mas permanente (menos de cerca de dois mil alunos ano, devido à redução da taxa de natalidade) a estratégia passa a estar direcionada para a intervenção nas escolas construídas há mais de duas décadas, visando a sua recuperação/ampliação e modernização, de modo a poderem igualar-se

às mais modernas em matéria de condições exigidas para uma boa aprendizagem de sucesso. Nos últimos cinco anos e na continuidade da dinâmica da primeira década do novo século, o investimento em infraestruturas educativas tem sido bem expressivo, atingindo o montante global de 11 milhões de escudos cabo-verdianos.

Na verdade, o MED continuou com a sua aposta na modernização das infraestruturas educativas e na criação de melhores condições para o processo do ensino/aprendizagem. De 2011 a esta parte foram construídas várias escolas secundárias modernas de terceira geração, (com laboratórios e salas especializadas, equipamentos e novas tecnologias), com dupla valência para o ensino geral e técnico-profissional, constituindo assim, uma grande mais-valia para a Educação, Formação e Emprego, tais como o complexo Educativo de Santa Maria, na ilha do Sal, ES Corsino de Azevedo, no Tarrafal de São Nicolau, ES do Maio, ES dos Mosteiros e ES Pedro Verona Pires, em Ponta Verde, ilha do Fogo, recentemente inauguradas e que respondem aos desafios da Educação. Na cidade da Praia, na zona de Alto Safende, foi edificada uma nova escola básica com melhores condições. Para além das construções citadas, foram realizadas várias intervenções de reabilitações nas escolas do EB do país, procedeu-se à construção de cozinhas e casas de banho e placas desportivas.

Para além dessas obras referidas, consideradas escolas de *“terceira geração”*, com impacto deveras positivo na melhoria de condições do exercício da docência e do ensino/ aprendizagem que proporcionam uma melhor gestão pedagógica, administrativa e financeira das mesmas, está em curso a construção das escolas secundárias de Paul, da Boavista e de Eugénio Tavares, na ilha Brava, para além das escolas de formação de professores do Ensino Básico do Mindelo e de Assomada.

Como já foi dito, concluída a fase em curso de construção dessas escolas, o desafio que se colocará ao MED prende-se com a manutenção, conservação e recuperação das infraestruturas educativas, sobretudo as mais antigas e que exigem, de imediato, a sua quota parte de investimento na melhoria das condições de acolhimento e do próprio ambiente e processo das aprendizagens, desafio esse já plena e publicamente assumido pelo Senhor Primeiro Ministro.

O ENSINO E AS NOVAS TECNOLOGIAS (PROGRAMA MUNDU NOVU)

Modernizar o processo de ensino/aprendizagem através da utilização das tecnologias de informação e comunicação tem sido um dos grandes propósitos do Programa Mundu Novu (PMN), que foi introduzido no Sistema do Ensino, em 2010. Desde então, várias escolas do país foram apetrechadas com equipamentos tecnológicos de gama variada, o que permitiu uma verdadeira implementação do Programa, como também a utilização efetiva das tecnologias em sala de aula, como ilustra o quadro abaixo.

Quadro 1: Equipamentos Distribuídos

Quantidade	Designação
651	Kits tecnológicos*
717	Computadores salas Informática
200	Impressoras
20	Quadros Interactivos

A formação de professores constitui um dos importantes pilares do Programa Mundu Novu. Desde sua implementação apostou-se fortemente na capacitação dos docentes e já foram formados 4 761 professores dos Ensinos Básico e Secundário no Curso de Iniciação Intel Ensino, para além de serem ministradas outras formações, como Informática Básica, Curso PIL (Partners in Learning); Utilização Prática do Quadro Interativo; Formação na Plataforma Moodle; Formação Intermédio em PL/SQL; Formação em SPSS.

Quadro 2: Professores formados no Curso Intel Ensino (2009 a 2015)

ESCOLAS	Prof. Formados por ano							Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Básicas	-	300	246	31	338	519	289	1434
Secundárias	-	1138	729	54	713	301	59	2935
Formadores Seniores	30	-	-	-	-	-	-	30
I. Pedagógico	-	-	14	-	-	-	-	14
Total	30	1438	989	85	1051	820	348	4 761

A disponibilização de conteúdos multimédia tem sido um dos grandes desafios do PMN. Graças a uma aposta concertada de vários parceiros foi criado em 2014 o Portal de Conteúdos Multimédia e-scola (www.e-scola.edu.gov.cv) que já se encontra disponível para professores e alunos. Entretanto, os trabalhos de elaboração de conteúdos continuam com uma vasta e dinâmica equipa que tem contribuído para a disponibilização de fontes de acesso ao conhecimento, de partilha e de elaboração de novos.

A conectividade de 15 escolas secundárias à Internet constitui o grande salto qualitativo do PMN no que se refere ao ano de 2014. Esta conectividade (pedida e desejada há muito tempo pelas escolas) irá, certamente, revolucionar todo o sistema e o programa em si, o que já está acontecendo.

Quadro 3: Lista de escolas já com conectividade:

CONCELHO	ESCOLAS	Conectividade (WIMAX+Konekta)
Praia	E. S. Pedro Gomes	Concluído Cablagem e Konekta
	Liceu Domingos Ramos	Concluído Cablagem e Konekta
	E. S. Manuel Lopes	Concluído Cablagem e Konekta
	E. S. Cônego Jacinto	Concluído Cablagem e Konekta
Stª Catarina Santiago	Liceu Amílcar Cabral	Concluído Cablagem e Konekta
	E. T. Grão Duque Henri	Concluído Cablagem e Konekta
S. L. Dos Órgãos	E. S. Luciano Garcia	Concluído Cablagem e Konekta
S. S. Do Mundo	E. S. Carlos A. Gonçalves	Concluído Cablagem e Konekta
S. Vicente	Liceu Ludjero Lima	Concluído Cablagem e Konekta
	E. S. Augusto Pinto	Concluído Cablagem e Konekta
Porto Novo	E. T. João Varela	Concluído Cablagem e Konekta
Sal	E. S. Olavo Moniz	Concluído Cablagem/Sem Konekta
Boavista	E. S. Da Boavista	Por fazer / Sem Konekta
Tarrafal S. Nicolau	E. S. Pedro C. De Azevedo	Por fazer
Maio	E. S. Do Maio	Concluído Cablagem e Konekta

Perspetiva-se ainda, até o final do ano de 2015 a conectividade a mais escolas secundárias do país. Um outro grande ganho do PMN, marcante para o 2014, foi o início dos trabalhos de implementação do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) em 13 escolas secundárias do país, projeto esse que vai revolucionar a gestão escolar dos estabelecimentos de ensino.

O quadro seguinte mostra a lista de 15 escolas com o SIGE implementado e funcional:

Quadro 4: Lista de Escola com SIGE Implementado

Concelho	Escola	Ano Letivo	SIGLA
Praia	Escola Secundária Pedro Gomes	2014/2015	ESPG
	Liceu Domingos Ramos	2014/2015	LDR
	Escola Secundária Manuel Lopes	2014/2015	ESML
	Escola Secundária Abílio Duarte	2010/2011	ESAD
São Domingos	Escola Secundária Fulgêncio Tavares	2014/2015	ESFT
São Vicente	Escola Secundária Augusto Pinto	2014/2015	ESJAP
	Liceu Ludjero Lima	2014/2015	LLL
	Escola Secundária Jorge Barbosa	2010/2011	ESJB
Sal	Escola Secundária Olavo Moniz	2014/2015	ESOM
Maio	Escola Secundária do Maio	2014/2015	ESM
Porto Novo	Escola Técnica João Varela	2014/2015	ETJV
Boavista	Escola Secundária da Boavista	2014/2015	ESBV
São Felipe	Escola Secundária Teixeira de Sousa	2014/2015	ESTS
Tarafal de S. Nicolau	Escola Secundária Pedro Corsino de Azevedo	2014/2015	ESPCA
Brava	Escola Secundária Eugénio Tavares	2014/2015	ESET

Para este ano de 2015, perspectiva-se contemplar mais escolas secundárias do país com o SIGE.

Quadro 5: Lista de Escolas que vão receber o SIGE ainda em 2015:

Ilha	Concelho	Escolas	Nº de Salas
Santiago	Praia	Escola Secundária Cônego Jacinto	24
		Escola Secundária Constantino Semedo	24
		Escola Secundária Regina Silva	12
		Escola Técnica Cesaltina Ramos	32
		Escola Secundária Achada Grande	14
Fogo	São Filipe	Escola Secundária Ponta Verde	18
		Escola Secundária de Cova Figueira	7
Stº Antão	Rª Grande	Escola Secundária Suzete Delgado	27
São Nicolau	Rª Brava	Escola Secundária Baltazar Lopes	17
São Vicente	São Vicente	Escola Industrial e Comercial do Mindelo (EICM)- Guilherme Chantre	37

GESTÃO DA CAREIRA DOCENTE

Realizações estratégicas do setor de gestão de recursos humanos, de 2011 a 2015

A melhoria de gestão da Carreira Docente, incluindo o desenvolvimento profissional dos professores e a consequente capacidade de resposta na satisfação dos direitos já adquiridos pelos professores tem sido uma realidade nos últimos anos, com ganhos reconhecidos para o Setor da Educação. Não obstante as limitações de ordem financeira, a dinâmica imprimida na resposta às situações pendentes, isto é, aos chamados pendentes tem sido apanágio da governação do setor, não descurando, contudo, a existência, ainda, de pedidos que aguardam, a seu tempo, resposta, devido ao calendário negociado com as organizações sindicais que vão no sentido do escalonamento por anos, em virtude das limitações orçamentais impostas pelos poucos recursos financeiros, próprios do país.

De 2012 a 2015, já se aposentaram um total de 791 professores dos Ensinos Básico e Secundário, quer por tempo de serviço prestado e exigido por lei, quer por idade atingida; É, na verdade, um render da guarda, pois que a chamada geração de professores pós-independência está dando lugar à nova geração de docentes, o que, na prática, significa o rejuvenescimento da Classe Docente cabo-verdiana.

No tocante a **desbloqueamento de carreiras profissionais e outros benefícios**, de 2012 a 2015 foram publicadas as progressões na carreira, beneficiando 1.836 docentes, referentes aos 2009 a 2011, com impacto financeiro de 79.581.752\$00. Foram reclassificados 580 professores e beneficiados com subsídio por não redução da carga horária um total de 479 docentes respetivamente e correspondente a 124.689.131\$00 e 39.045.343\$00. Em **matéria de Subsídio de isolamento**, o MED respondeu positivamente a direitos adquiridos, disponibilizando, para o efeito, montantes que rondam os 18.965 contos cabo-verdianos, atribuindo subsídios de isolamento a um total de 195 professores.

Durante longos anos, **a entrada para o quadro docente**, com ganhos evidentes para o docente, foi uma justa aspiração por parte de um elevado número de professores. De 2011 a 2015 foram nomeados, com vínculo definitivo, 2.698 professores que passaram a pertencer ao quadro docente, passando os mesmos a usufruírem dos direitos e das regalias que a situação confere.

Em 2006 deu-se início ao processo de integração de funcionários públicos no INPS, abrangendo, igualmente os professores. Este processo teve continuidade nos últimos cinco anos, com benefícios evidentes para os professores e também seus descendentes em matéria de assistência médica e medicamentosa. Estima-se que já estarão integrados cerca de 8 271 funcionários e agentes do MED, ao mesmo tempo que mais de 3000 familiares desses funcionários também já estejam protegidos pelo Sistema de Previdência Social.

A modernização do Sistema Educativo em todos os seus aspetos também constitui um desafio a ser ganho, aliás, medidas inovadoras já se encontram em processo de implementação, pelo que resultados positivos serão visíveis num futuro bem próximo. A agenda Legislativa do Governo e do MED aponta para a elaboração e aprovação de novos instrumentos de legislação que se traduzem, na prática, numa expressiva melhoria em termos pedagógicos, administrativos, financeiros e de gestão. Na verdade, muitos diplomas estão em processo de aprovação e ou de

publicação oficial. Assim, (1) um novo Sistema de Avaliação das Aprendizagens no Básico e no Secundário, largamente discutido e construído com o envolvimento da classe Docente, aguarda a sua publicação no BO, devendo produzir efeitos ainda este ano letivo, de forma faseada em termos de anos escolares abrangidos, (2) à Inspeção Geral da Educação atribui-se competências alargadas que passam pela Formação Profissional e pelo Ensino Superior, passando a ser A Inspeção Geral da Educação e de Ensino Superior (IGEFES), (3) do diploma que regulamenta as Delegações concelhias do MED espera-se uma maior organização e articulação dos serviços concelhios da Educação, ao mesmo tempo que se reforçam as responsabilidades das mesmas e do Delegado na gestão do Pessoal Docente dos Ensinos Básico e Secundário. Outros importantes diplomas encontram-se em processo de revisão e ou de elaboração, nomeadamente os que apontam para (1) uma maior e justa comparticipação das famílias nos custos da Educação no Ensino Secundário – Emolumentos e Propinas, (2) o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, (3) a Organização e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Secundário; (4) Utilização e Prestação de Contas, etc.

A Classe Docente passará a estar, dentro de dias, dotada de um novo Estatuto de Carreira Docente (ECD), que introduz o princípio de justiça na avaliação do desempenho no exercício da função docente, que estabelece o mérito como critério fundamental na discriminação pela positiva para o desenvolvimento na Carreira, consagra ganhos já adquiridos e reforça-os outros novos, ao mesmo tempo que consolida o prestígio e promove a Classe para novos patamares de uma Carreira cada vez mais exigente e com acesso apenas para os que têm formação própria e



exigida para o exercício da função docente. Com o novo ECD as pendências, ainda existentes, ficam resolvidas e ultrapassadas de todo, ficando assim estabelecido um ambiente libertador do conjunto de preocupações que mais afectavam o Corpo Docente no exercício das suas funções docentes.

DESAFIOS PARA O PRESENTE E FUTURO (CABO VERDE 2030)

Os Cabo-verdianos podem, hoje, contar com (1) uma Educação Pré-escolar de qualidade, e de maior equidade, assente numa política integrada da criança e na ação estratégica de fomento ao acesso proveniente de famílias carenciadas; (2) com um ensino Secundário que reforça valores e a formação para o exercício de cidadania, que dá visibilidade ao ensino técnico e prioriza saídas profissionalizantes, conferindo competências para o saber fazer, o auto-emprego, o empreendedorismo e para o exercício de uma atividade profissional; (3) uma Educação e Formação de Adultos baseada em competências educativas e com suporte das tecnologias de informação e comunicação, combinada com ações formativas, particularmente a alfabetização digital, orientada para a inclusão digital da população socioeconomicamente desfavorecida; (4) um sistema de apoio socioeducativo que se traduz num reforço do investimento na alimentação e Saúde Escolar, nas escolas, na mobilização de produtores e fornecedores nacionais de géneros alimentícios para a merenda dos alunos, cada vez mais enriquecida e diversificada, nos apoios socioeducativos traduzidos, sobretudo aos mais carenciados. A partir de 2010 o país passou a contar com a FICASE e assumiu, por inteiro, o financiamento do Programa Nacional de Cantinas Escolares, complementado com o Programa de Saúde Escolar, beneficiando, anualmente, 110.017 alunos com refeições quentes e saúde escolar, com um investimento anual de 585.609.904 ECV distribuídos pela alimentação escolar e saúde escolar, pagamento de bolsas de estudo e propinas, transporte escolar e atribuição de kites escolares, etc.

OS NOVOS DESAFIOS FACE AOS GANHOS SOMADOS

Os novos desafios e as perspetivas que se colocam ao Sistema Educativo estão na proporção direta dos ganhos e avanços conseguidos em termos qualitativos e quantitativos e prendem-se ainda, sobretudo, **(1) com a melhoria da qualidade de um ensino cada vez mais competitivo** e de

suporte à modernização e sustentabilidade do Sistema Educativo; **(2) com a eficácia e eficiência de um sistema integrado de Educação / Formação / Emprego**, contribuindo, com o auto-emprego e o empreendedorismo, para a redução efetiva da taxa de desemprego no seio dos jovens; **(3) uma política de sucesso em matéria de boa governação na gestão das escolas**, e na recuperação das escolas de construção mais antiga; **(4) a cultura digital e o reforço nos domínios da gestão**, planificação, avaliação e capacitação técnica do Sistema e subsistemas de ensino, de formação; **(5) fazer afirmar a Educação**, enquanto pilar do desenvolvimento sustentável de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, possibilitando a produção e partilha do conhecimento, a investigação e a inovação, nas nossas escolas; **(6) avaliação do sistema educativo**, de modo a aferir a qualidade do ensino ministrado e propor medidas de políticas correctivas, numa perspectiva de maior e melhor empregabilidade.

Em **CONCLUSÃO**, os próximos tempos serão de enormes desafios para o Sistema Educativo, conseqüentemente para a Educação que terá que estar sintonizado e em harmonia com os desafios que Cabo Verde assume nesta sua nova fase, rumo a país desenvolvido, capaz de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O nosso país, inserido num mundo cada vez mais global e concorrencial, precisa de ter, como importante pilar de desenvolvimento integral e sustentável, para melhor competir, em igualdade de condições, com outros países, uma Educação de Qualidade, permissiva à excelência, articulada com a formação profissional e com a investigação e produção de conhecimentos. Nesse sentido, o engajamento de todos, sobretudo os políticos, as organizações sociais e profissionais e instituições religiosas, o próprio Sistema Educativo e os seus responsáveis, os professores e alunos, os pais e encarregados de educação / a família toda, toda a comunidade educativa e a sociedade cabo-verdiana em geral, todos, mas todos, são chamados a dar o seu contributo. Trata-se de uma responsabilidade de todos que exige a efetiva participação de cada um, sob pena de fracassarmos no compromisso de assegurar às gerações vindouras, um Cabo Verde cada vez melhor e mais desenvolvido. Como é costume dizer, todos são poucos para bem educar uma criança. E a criança cabo-verdiana, como todas as outras do mundo inteiro, tem o sagrado direito a uma boa educação, a uma educação de qualidade e de excelência. Assim será para os próximos quarenta anos de luta heróica do povo cabo-verdiano, continuando a Educação e a Formação, enquanto apostas acertadas, como a prioridade das prioridades.



ANEXOS

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
DA EDUCAÇÃO DE 2001 A 2015

Matricula

Pré-Escolar

Tabela 5: Evolução dos efetivos no Pré-escolar

Crianças por idade	Anos letivos															Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	19 810	20 642	21 207	21 003	21 569	21 358	21 576	22 148	22 191	21 632	22 610	21 933	22 052	22 144	23 316	17,7%

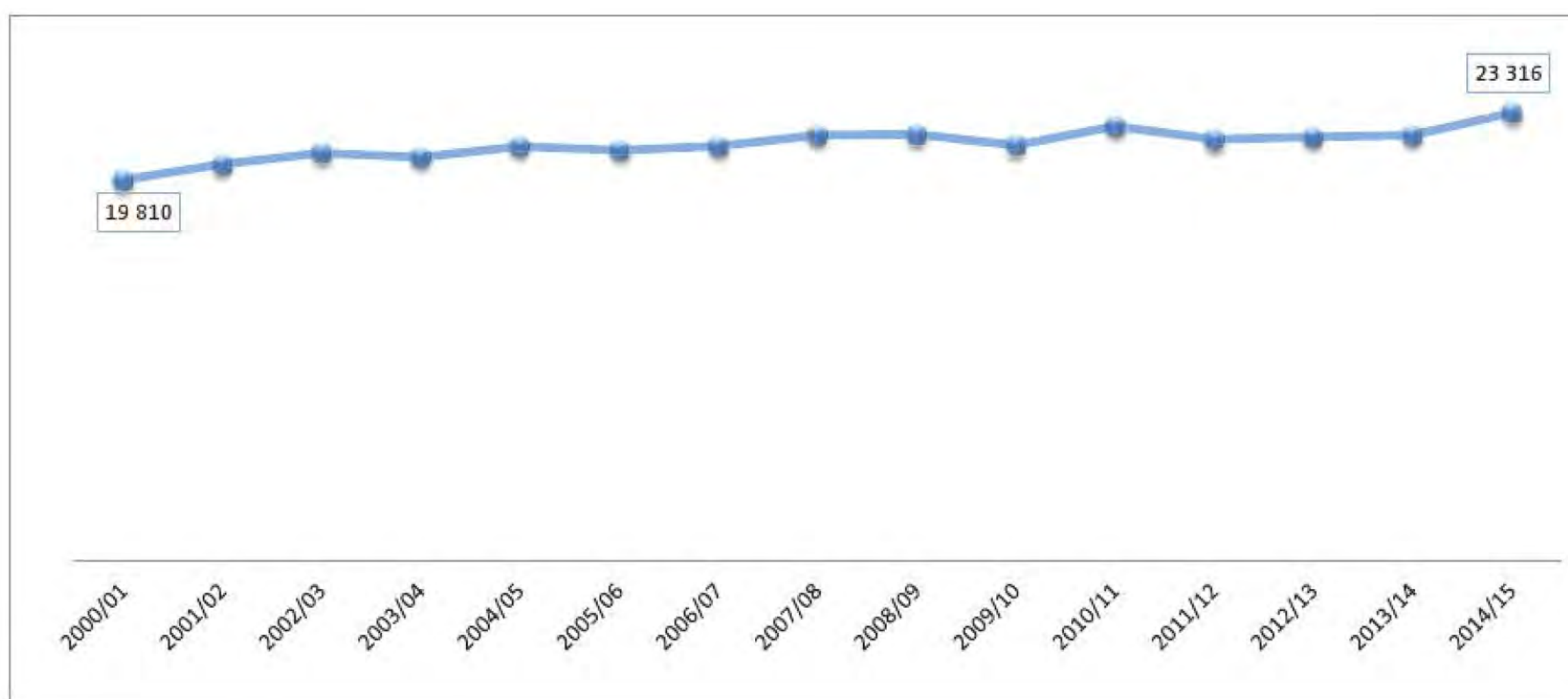


Tabela 11: Evolução dos efetivos no Ensino Básico

Matricula	Anos letivos															Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	90 640	89 809	87 843	85 138	82 985	81 162	78 523	76 007	73 548	71 134	69 115	67 903	66 665	65 954	64 591	-28,7%

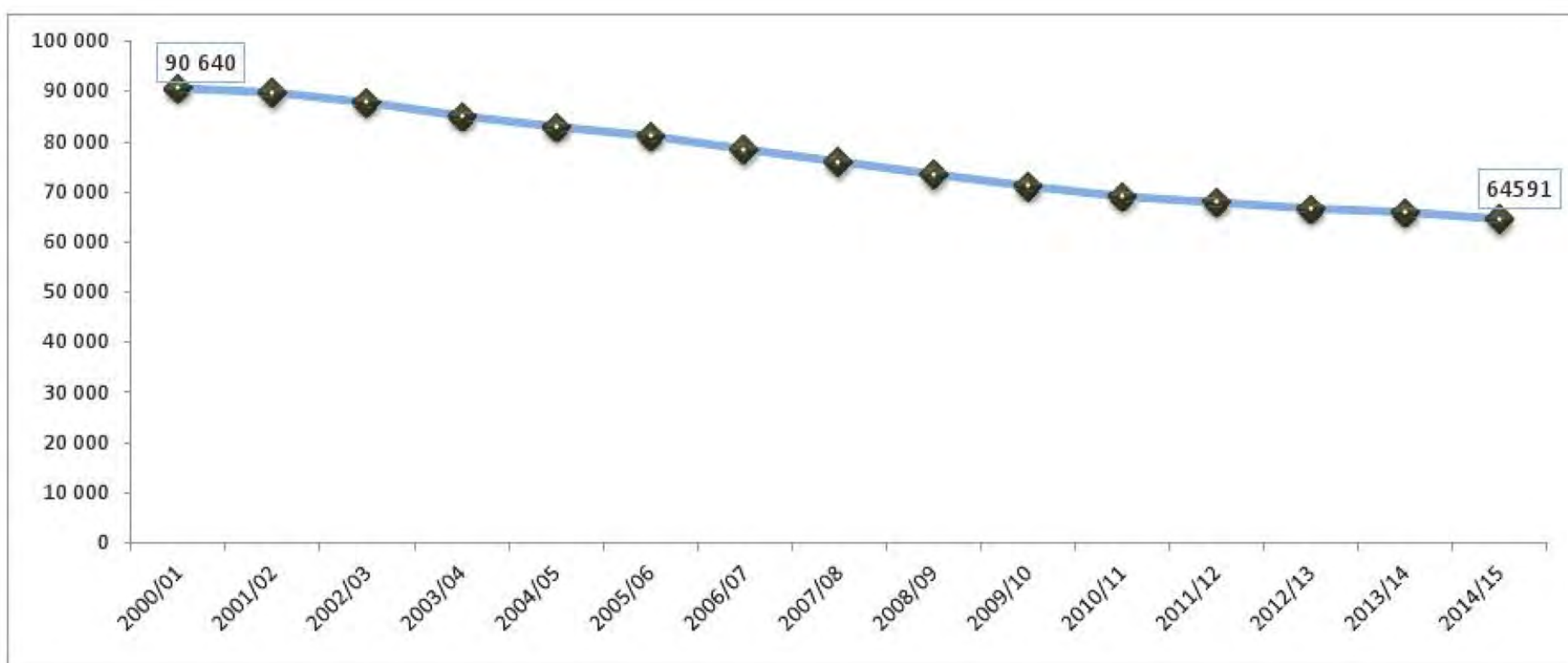


Tabela 18: Evolução da % repetência no Ensino Básico

Repetência	Anos letivos															Dif.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	11,9%	13,4%	13,4%	13,0%	15,5%	14,1%	12,9%	11,6%	10,4%	9,6%	10,5%	10,0%	9,9%	9,0%	8,3%	-3,6%

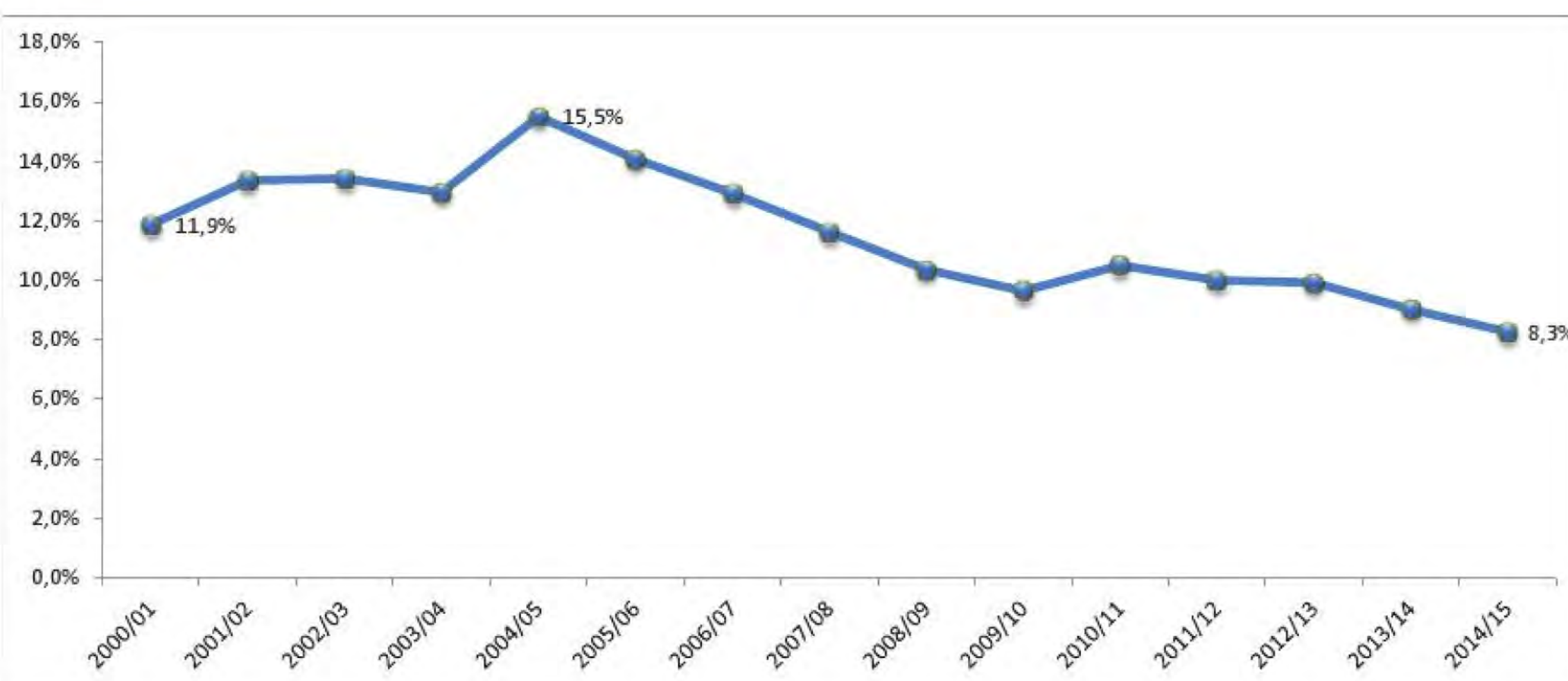
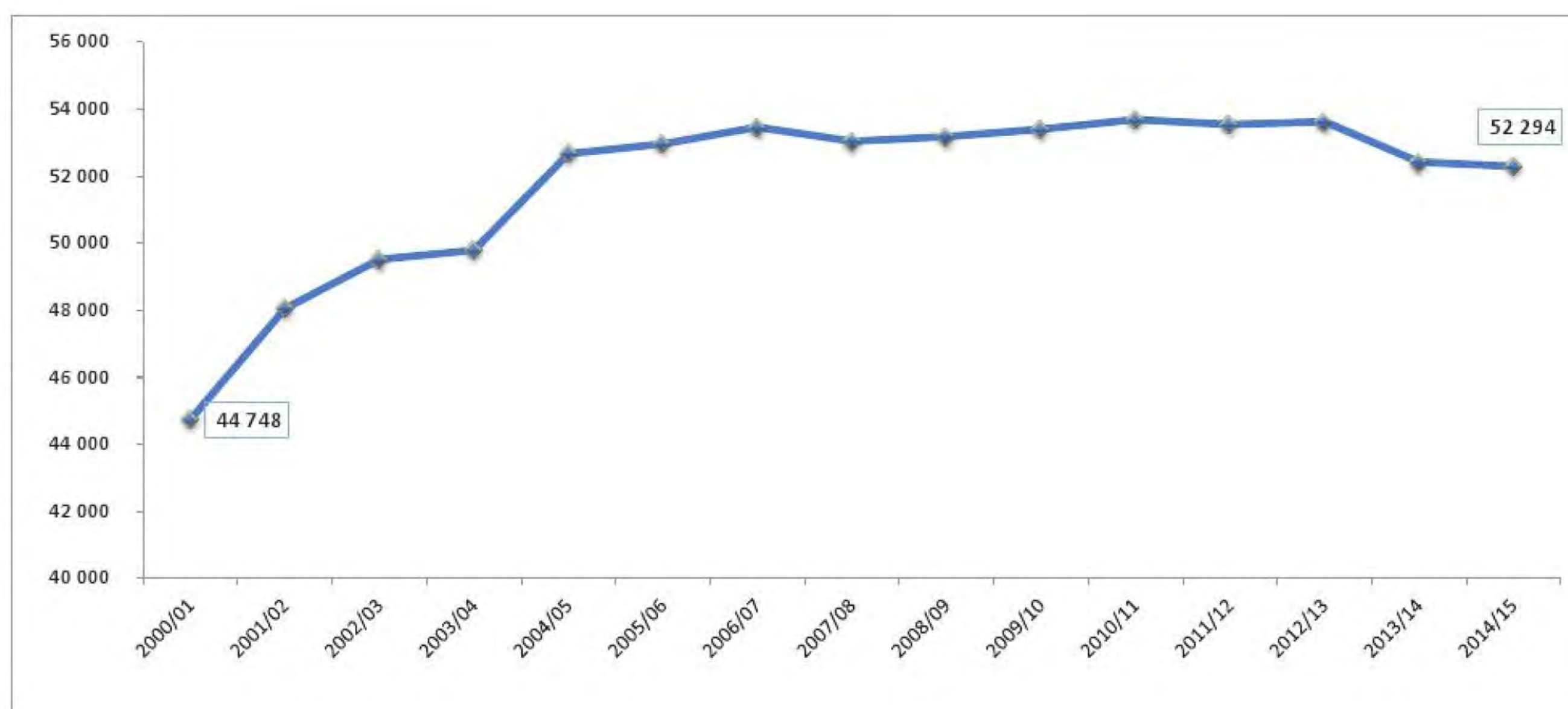
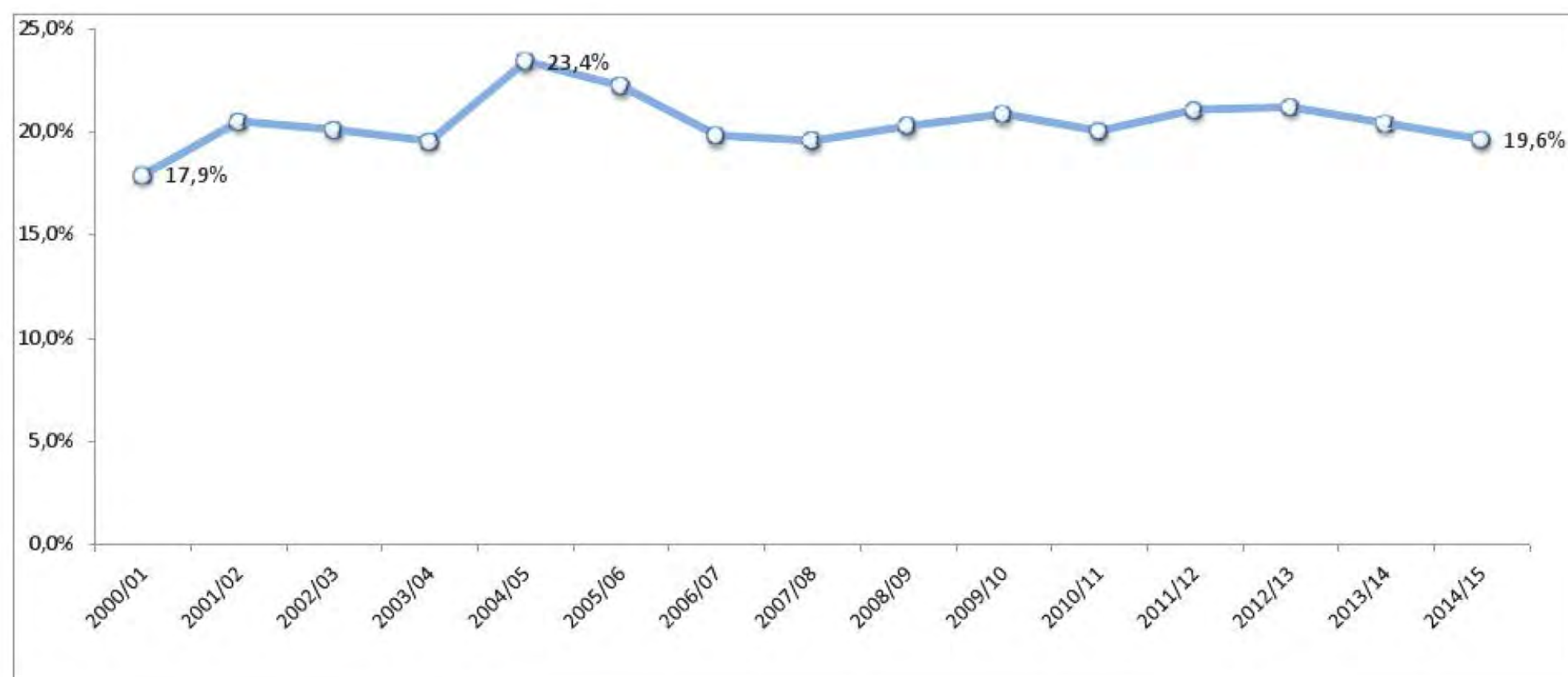


Tabela 32: Evolução dos efetivos no Ensino Secundário público

Ano e fase de estudos	Anos letivos															Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	44 748	48 055	49 522	49 790	52 671	52 969	53 465	53 039	53 181	53 403	53 691	53 545	53 632	52 427	52 294	16,9%



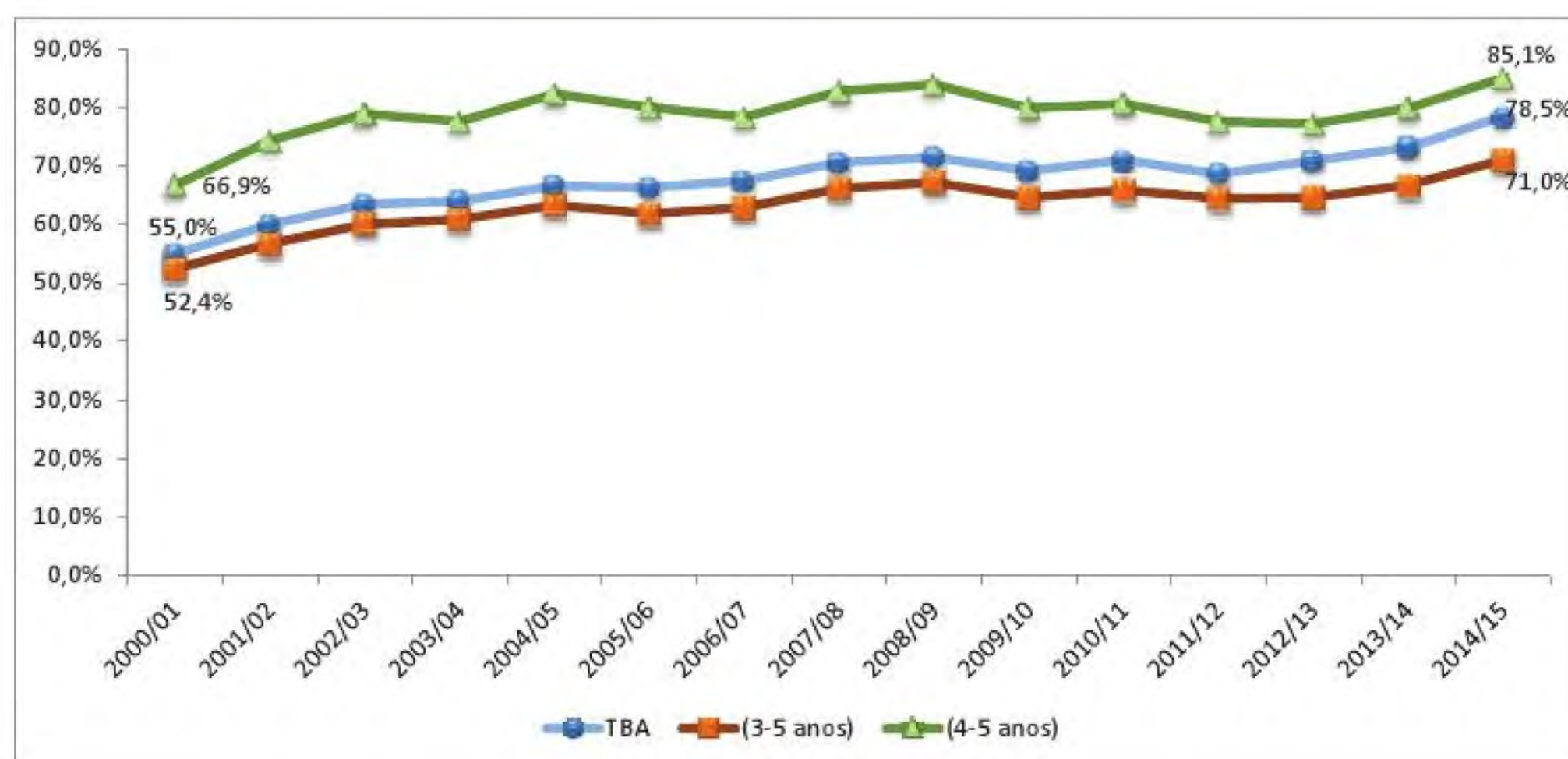
% Repetência por ano e ciclo de estudos	Anos letivos															Dif.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	17,9%	20,5%	20,1%	19,6%	23,4%	22,2%	19,8%	19,6%	20,3%	20,9%	20,1%	21,1%	21,2%	20,4%	19,6%	1,7%



Acesso e Participação

Tabela 8| Evolução de taxas de acolhimento

Taxa de Acolhimento	Anos letivos															Dif.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
TBA	55,0%	60,0%	63,4%	64,1%	66,7%	66,4%	67,6%	70,7%	71,5%	69,2%	71,1%	68,7%	71,0%	73,3%	78,5%	23,6%
(3-5 anos)	52,4%	56,7%	60,0%	61,0%	63,4%	61,9%	62,9%	66,3%	67,2%	64,7%	65,9%	64,5%	64,6%	66,7%	71,0%	18,6%
(4-5 anos)	66,9%	74,3%	79,0%	77,7%	82,4%	80,1%	78,3%	82,9%	84,0%	79,9%	80,7%	77,7%	77,3%	80,0%	85,1%	18,3%
Paridade	1,05	1,00	1,03	1,06	1,00	1,00	0,99	0,99	1,01	0,99	0,97	0,99	0,97	0,98	0,98	



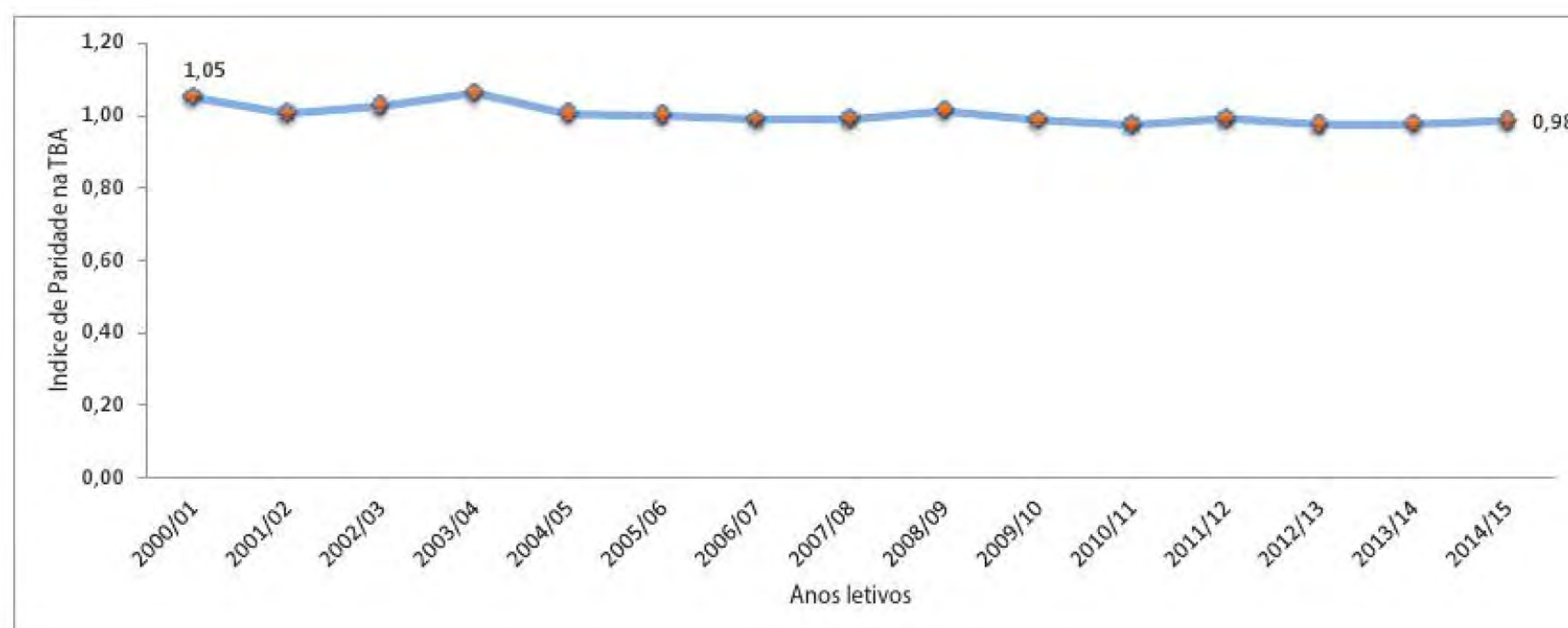


Tabela 96: Evolução das taxas líquida e bruta de Admissão

Taxa de Admissão	Anos letivos															Dif.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
TLA	73,7%	67,1%	80,2%	78,9%	86,0%	83,2%	86,9%	83,6%	89,2%	93,1%	95,4%	95,0%	92,9%	92,0%	91,2%	17,5%
TBA	102,3%	98,4%	109,1%	101,3%	105,9%	101,7%	102,0%	96,5%	101,1%	97,2%	97,8%	96,7%	94,3%	93,2%	92,5%	-9,9%

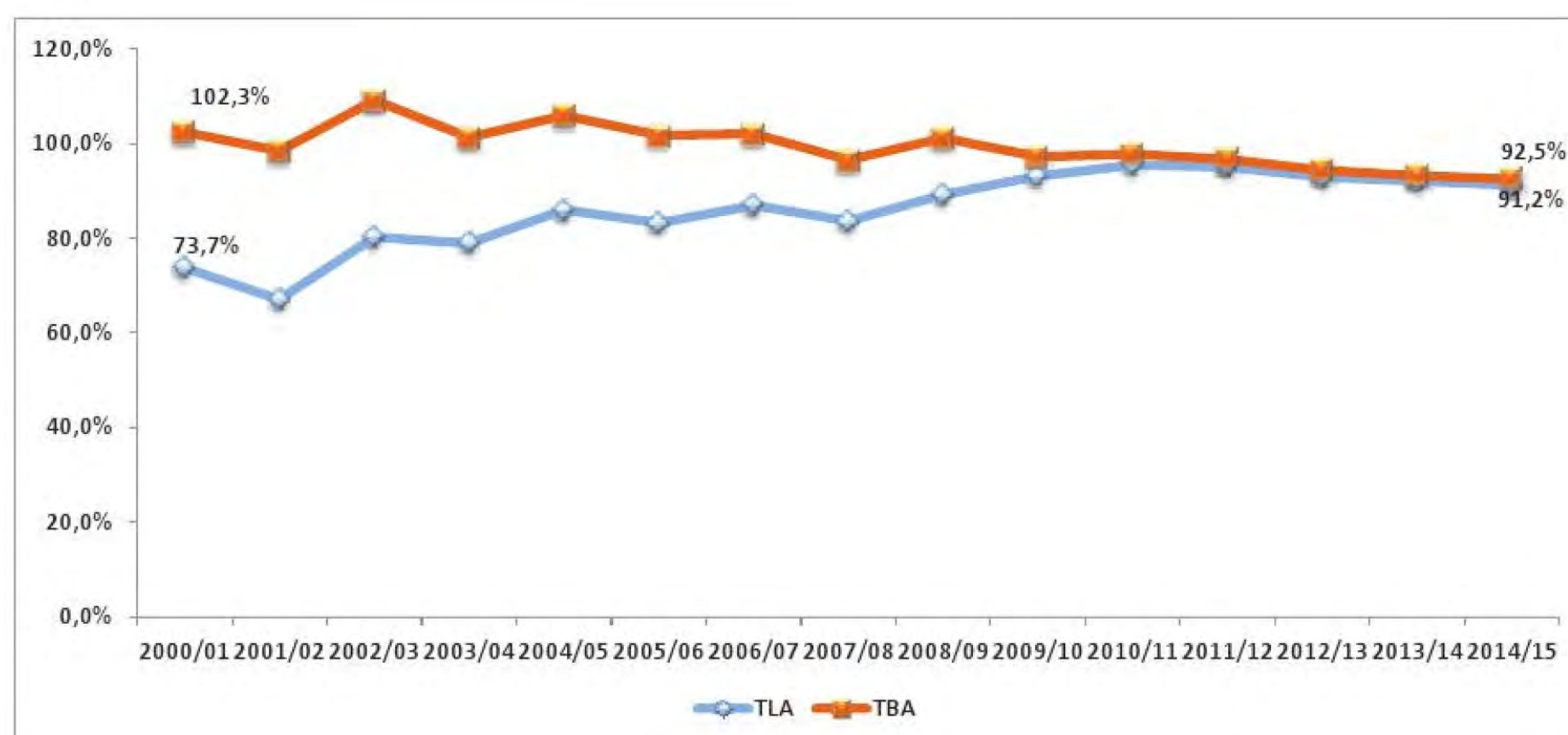
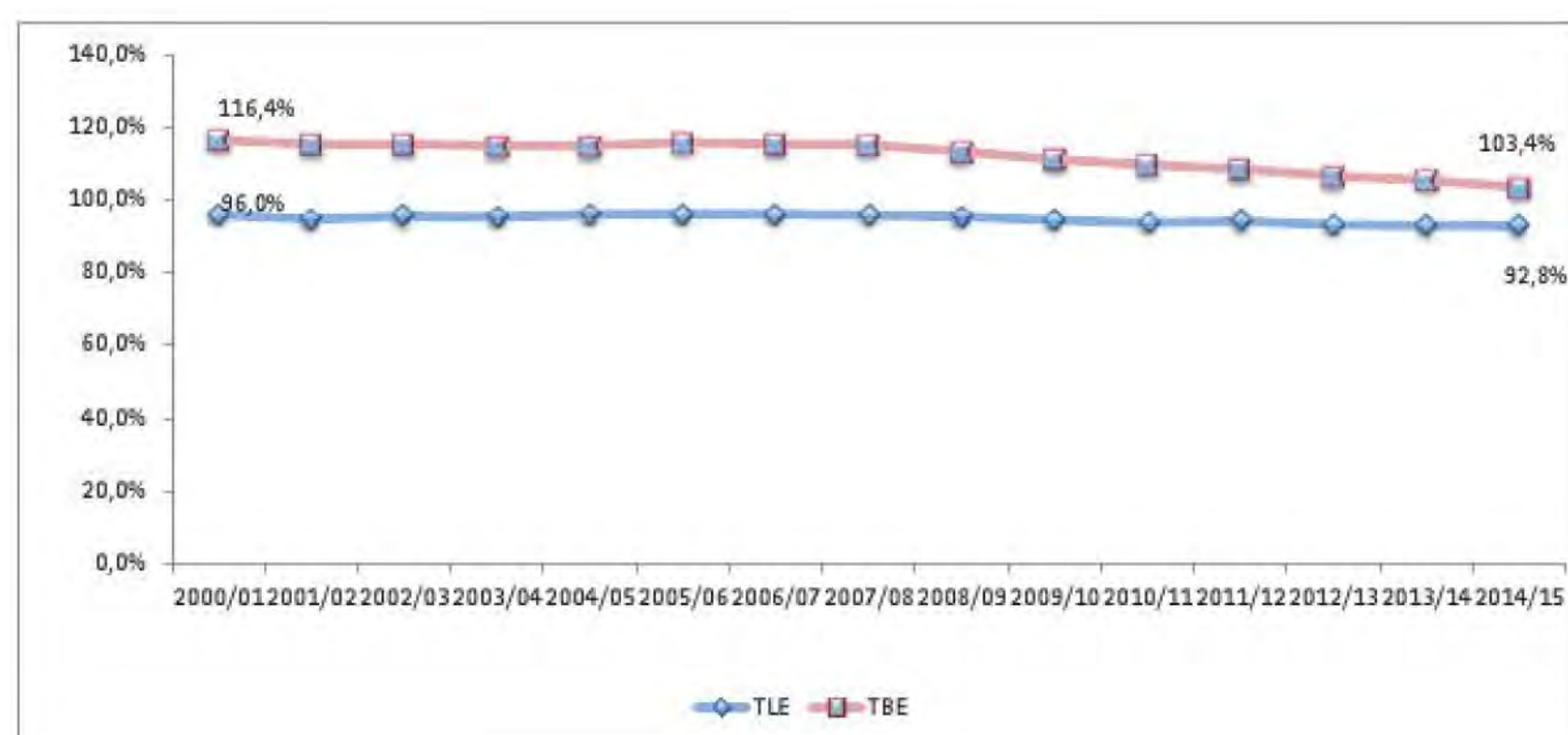
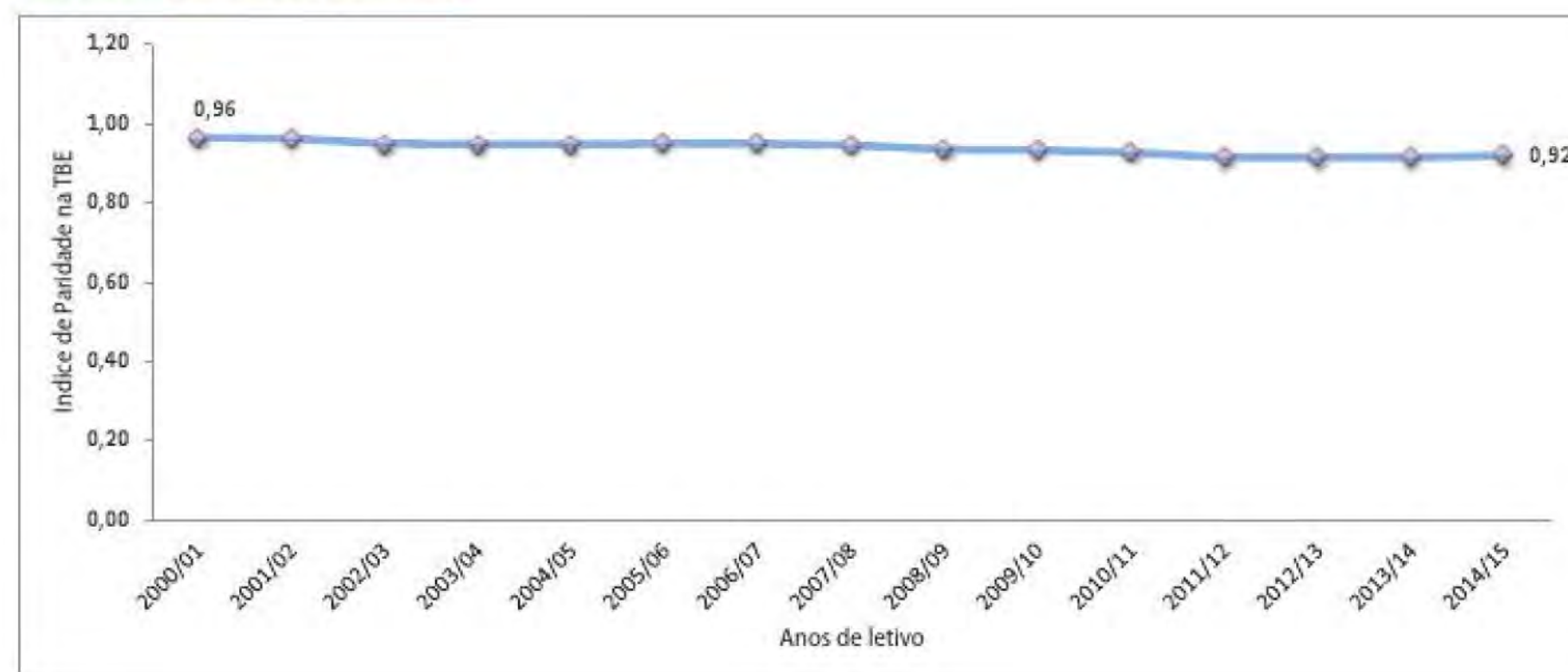


Tabela 99: Evolução das taxas líquida e bruta de Escolarização

Taxa de Escolarização	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
TLE	96,0%	94,7%	95,5%	95,3%	95,9%	96,1%	96,0%	95,8%	95,3%	94,5%	93,7%	94,2%	93,1%	92,9%	92,8%
TBE	116,4%	115,3%	115,3%	114,8%	114,9%	115,8%	115,3%	115,1%	113,3%	111,1%	109,6%	108,5%	106,5%	105,4%	103,4%
Paridade	0,96	0,96	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	0,95	0,93	0,93	0,93	0,91	0,91	0,91	0,92



Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização



Ensino Secundário

Tabela 114: Evolução das taxas líquida e bruta de Admissão

Taxa de Admissão	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
TLA	28,6%	26,8%	30,7%	33,9%	35,6%	33,0%	36,1%	35,6%	42,7%	42,0%	48,1%	47,1%	52,0%	50,7%	
TBA	79,4%	77,0%	81,9%	82,0%	85,8%	81,0%	87,4%	81,2%	90,8%	91,7%	95,6%	91,6%	92,9%	87,7%	

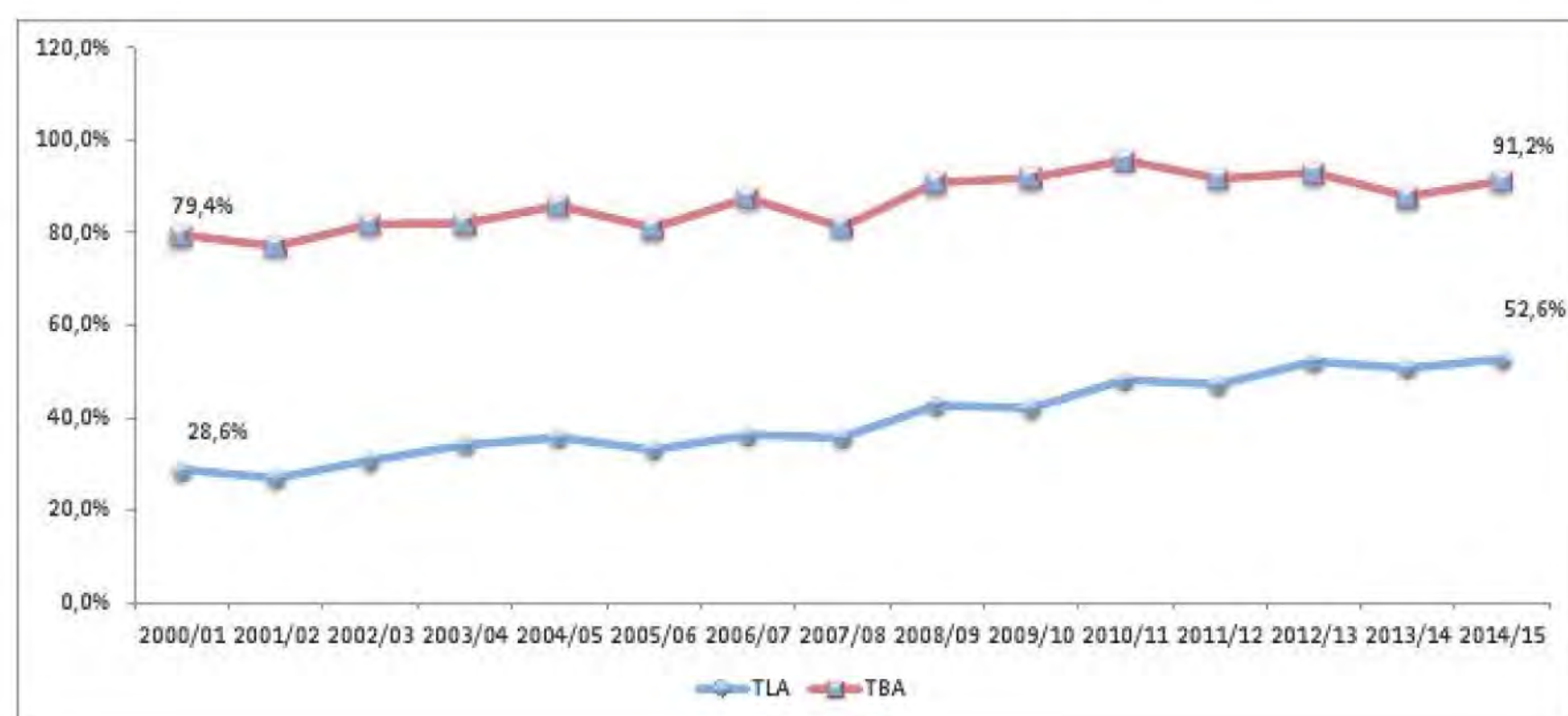
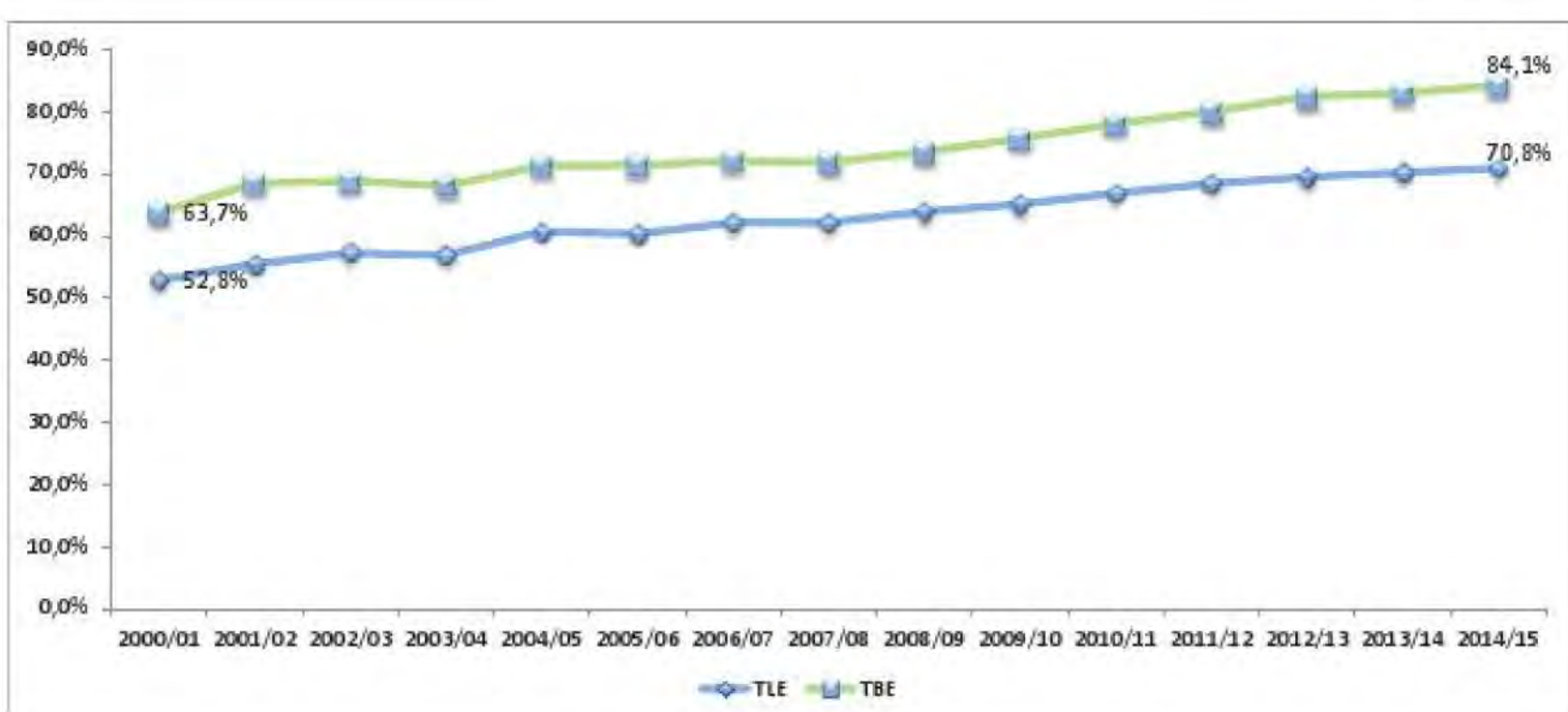


Tabela 117: Evolução das taxas líquida e bruta de Escolarização

Taxa de Escolarização	Anos letivos															Dif.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
TLE	52,8%	55,4%	57,2%	56,9%	60,6%	60,3%	62,0%	62,1%	63,8%	65,1%	66,8%	68,3%	69,4%	70,1%	70,8%	17,9%
TBE	63,7%	68,4%	68,8%	68,0%	71,2%	71,3%	72,0%	71,7%	73,4%	75,6%	77,9%	79,9%	82,3%	82,9%	84,1%	20,5%
Paridade	1,07	1,05	1,10	1,11	1,12	1,14	1,15	1,15	1,16	1,16	1,13	1,14	1,13	1,12	1,10	



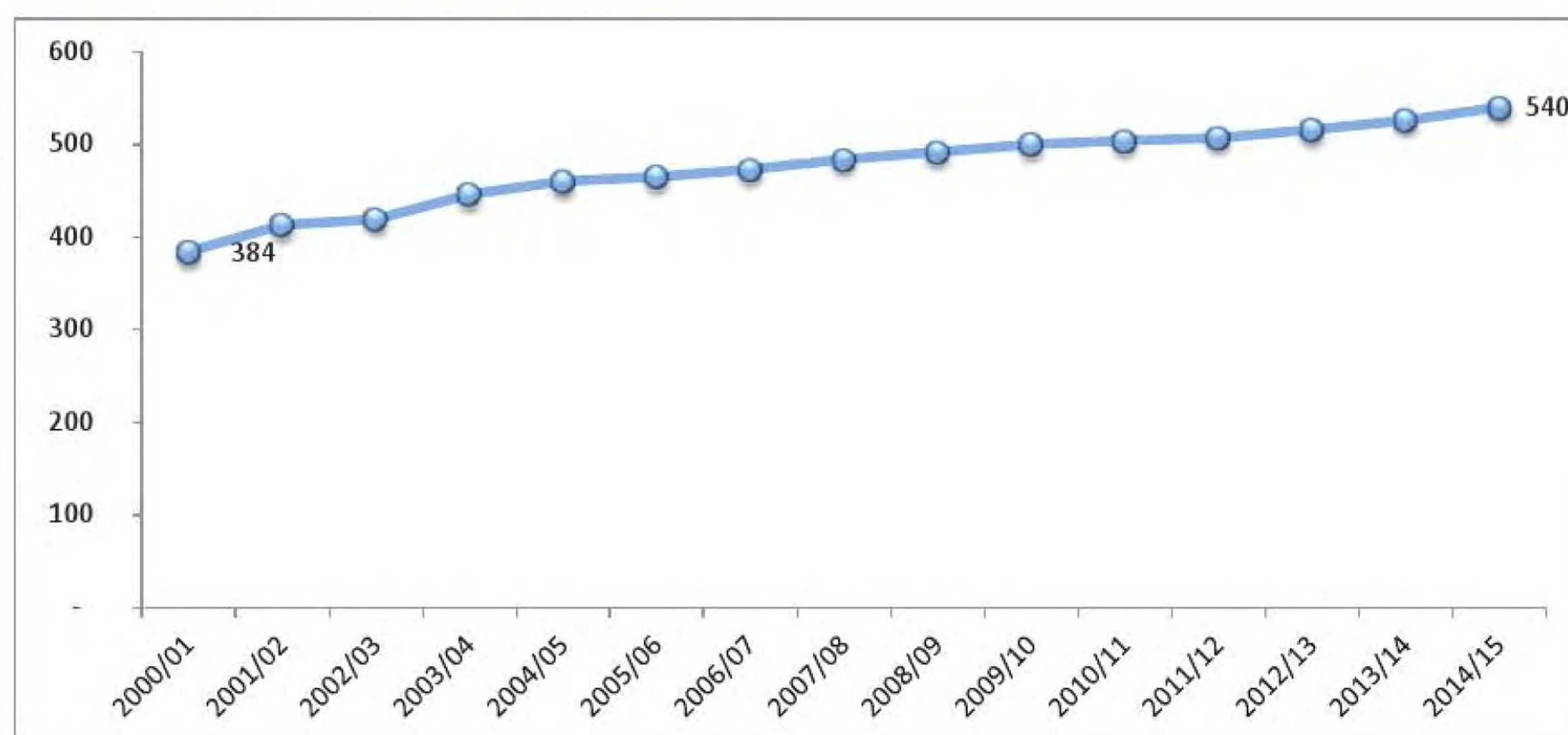
Recursos

Pré-Escolar

Tabela 137: Evolução do número de estabelecimentos do Pré-escolar

Estabelecimentos	Anos letivos															Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	384	413	419	446	460	465	473	484	492	500	504	507	516	526	540	40,6%

Gráfico 15: Evolução do número de salas na Educação Pré-escolar



Ensino Básico

Tabela 144: Evolução dos estabelecimentos no Ensino Básico

Estabelecimentos	Anos letivos															Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Cabo Verde	420	422	425	423	422	426	424	420	418	421	420	420	421	420	414	-1,4%

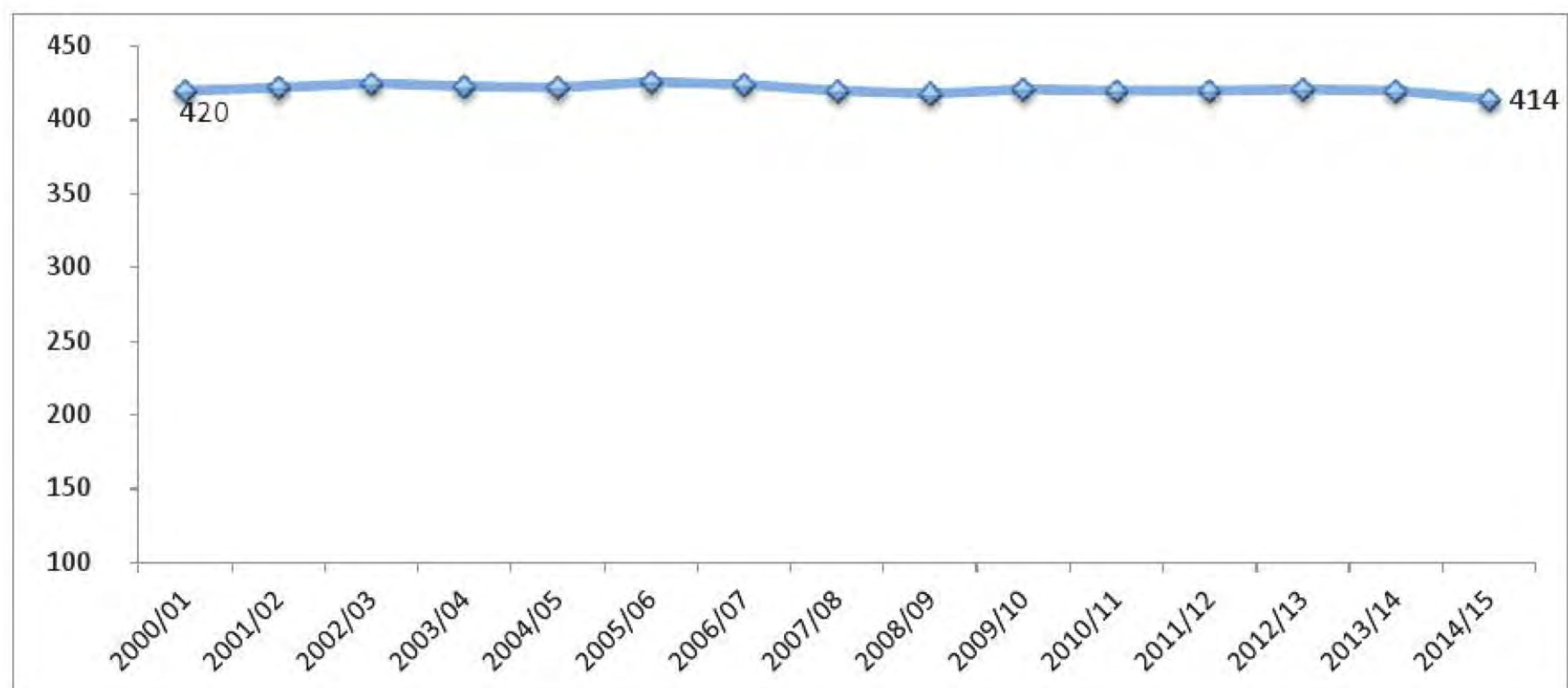
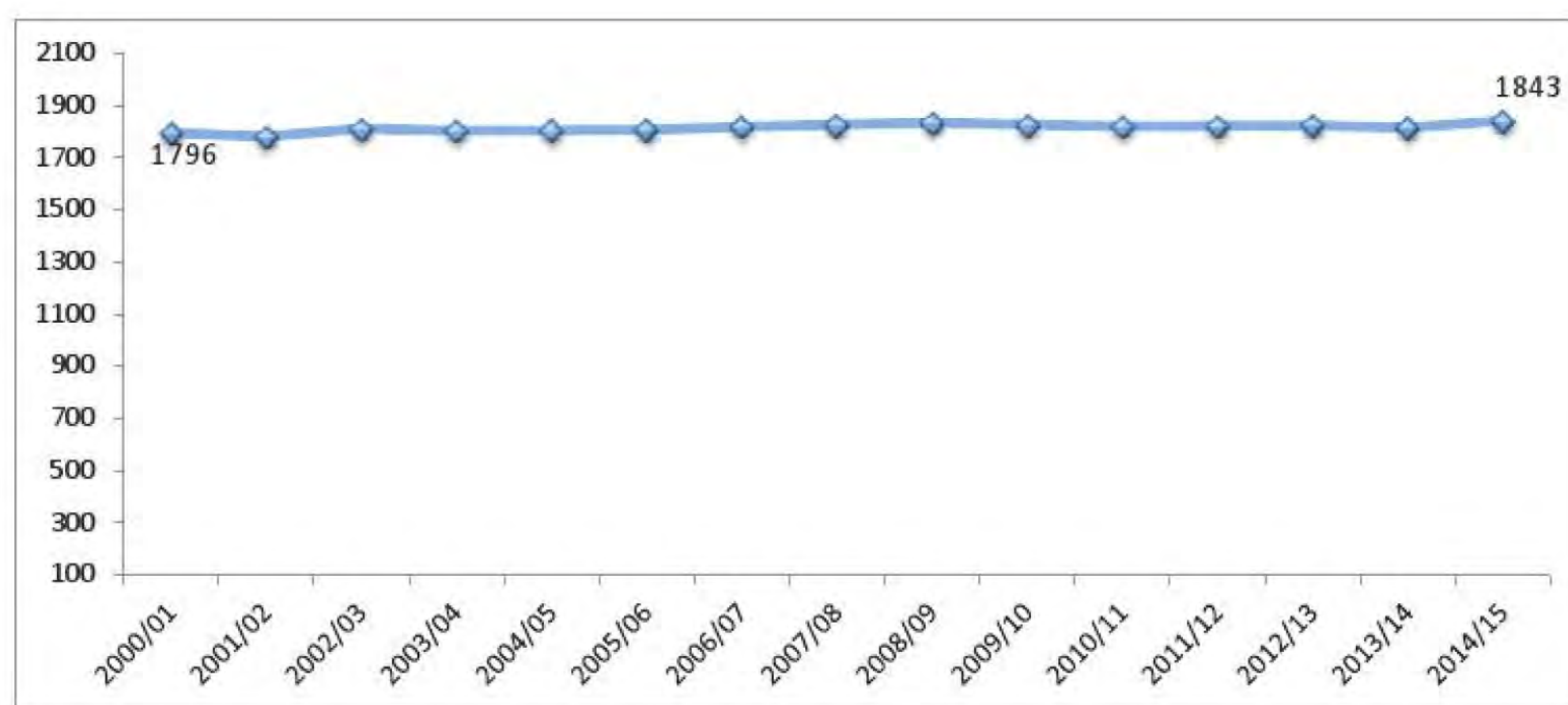


Tabela 145: Evolução do número de salas no Ensino Básico

Salas	Anos letivos															
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	Tx. Var.
Cabo Verde	1796	1782	1813	1804	1807	1808	1820	1828	1836	1828	1822	1823	1825	1817	1843	2,6%



Ensino Secundário

Gráfico 16: Evolução de estabelecimentos no Ensino Secundário

Escolas	Anos letivos																Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15		
Cabo Verde	29	30	30	29	29	32	41	43	44	45	49	48	49	50	50		

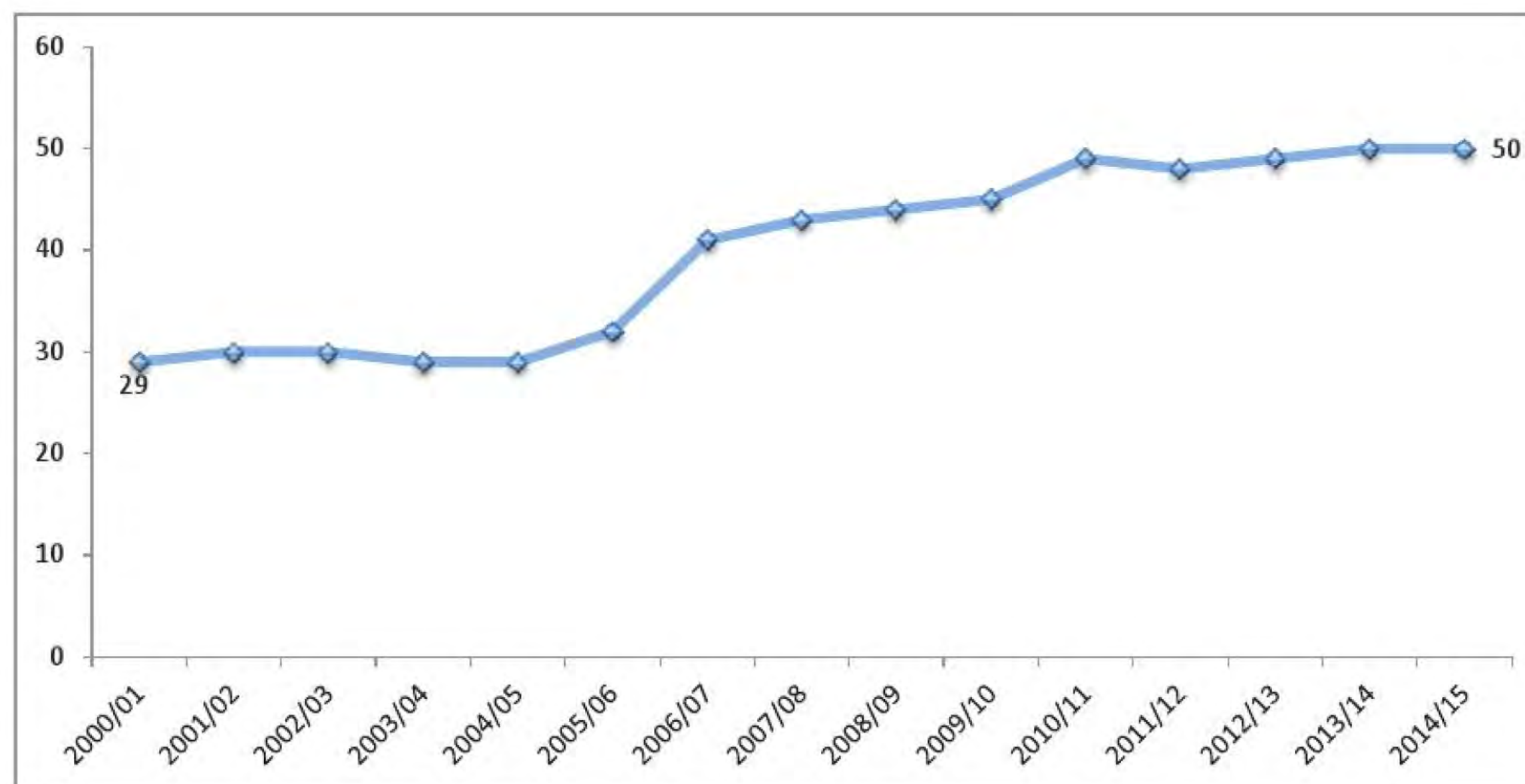
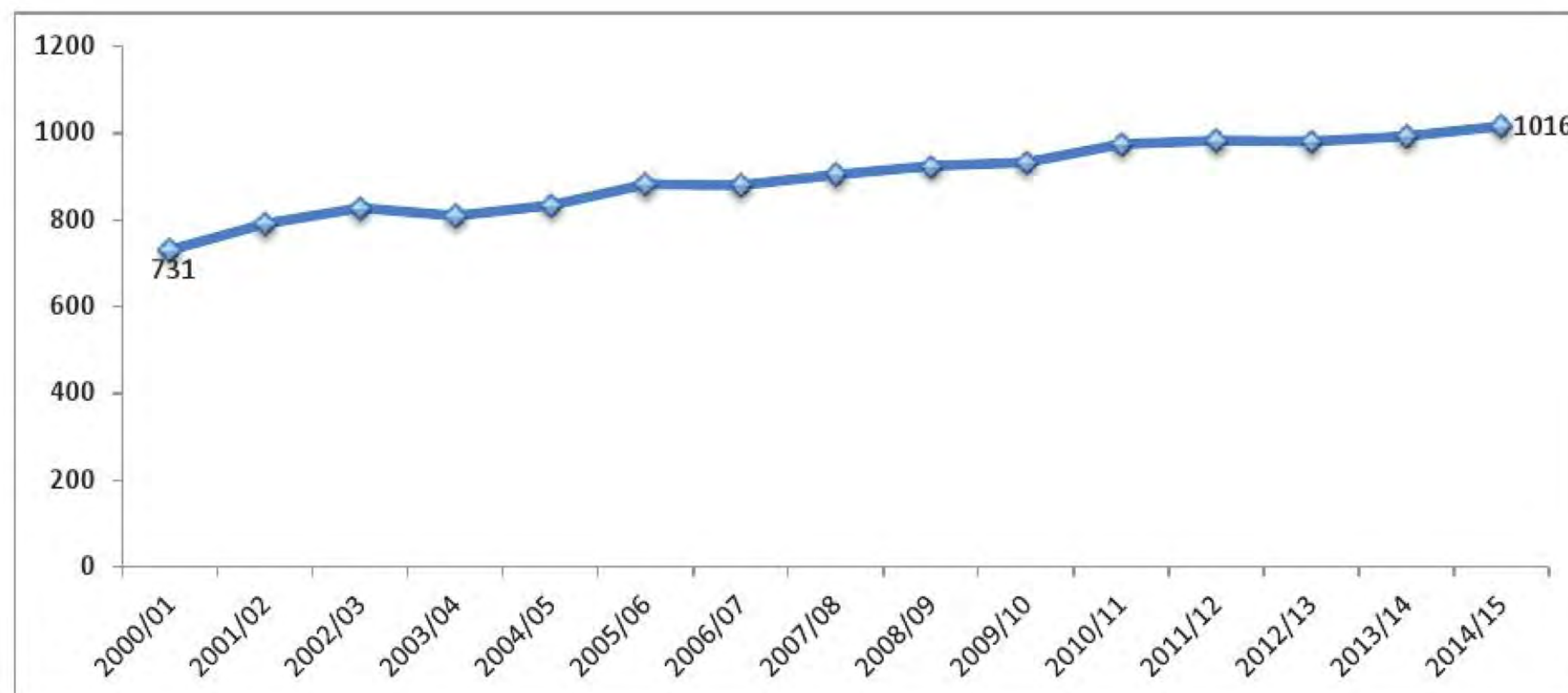


Tabela 150: Evolução de salas do Ensino Secundário

Salas	Anos letivos																Tx. Var.
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15		
Cabo Verde	731	791	828	809	834	882	880	904	924	932	975	983	981	993	1016	39,0%	



Eficiência

Ensino Básico

Tabela 194: Evolução da % de Aprovação

% de Aprovação por ano de estudos	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Cabo Verde	84,3%	83,9%	85,0%	81,5%	83,6%	84,7%	86,5%	87,4%	87,9%	87,8%	88,0%	88,6%	89,2%	90,3%	90,2%

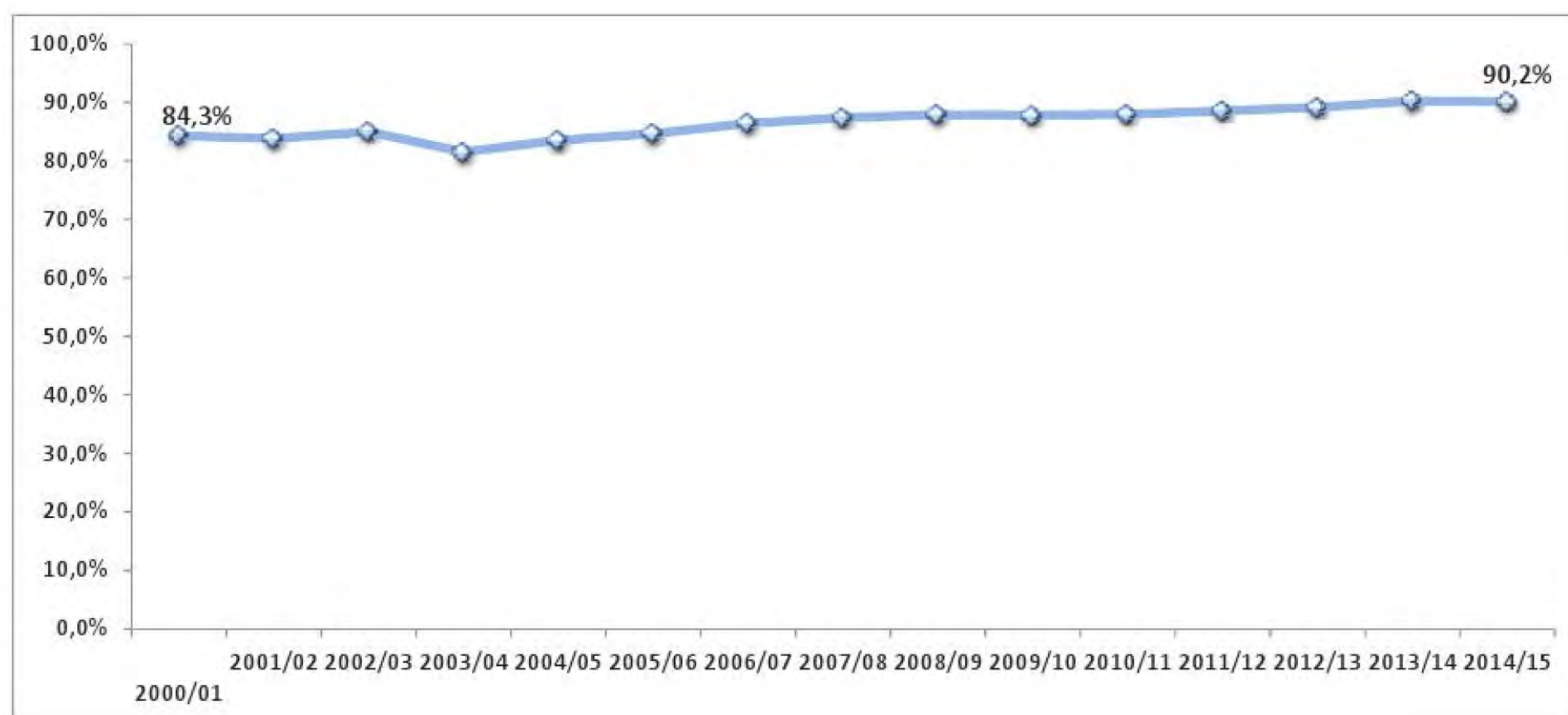
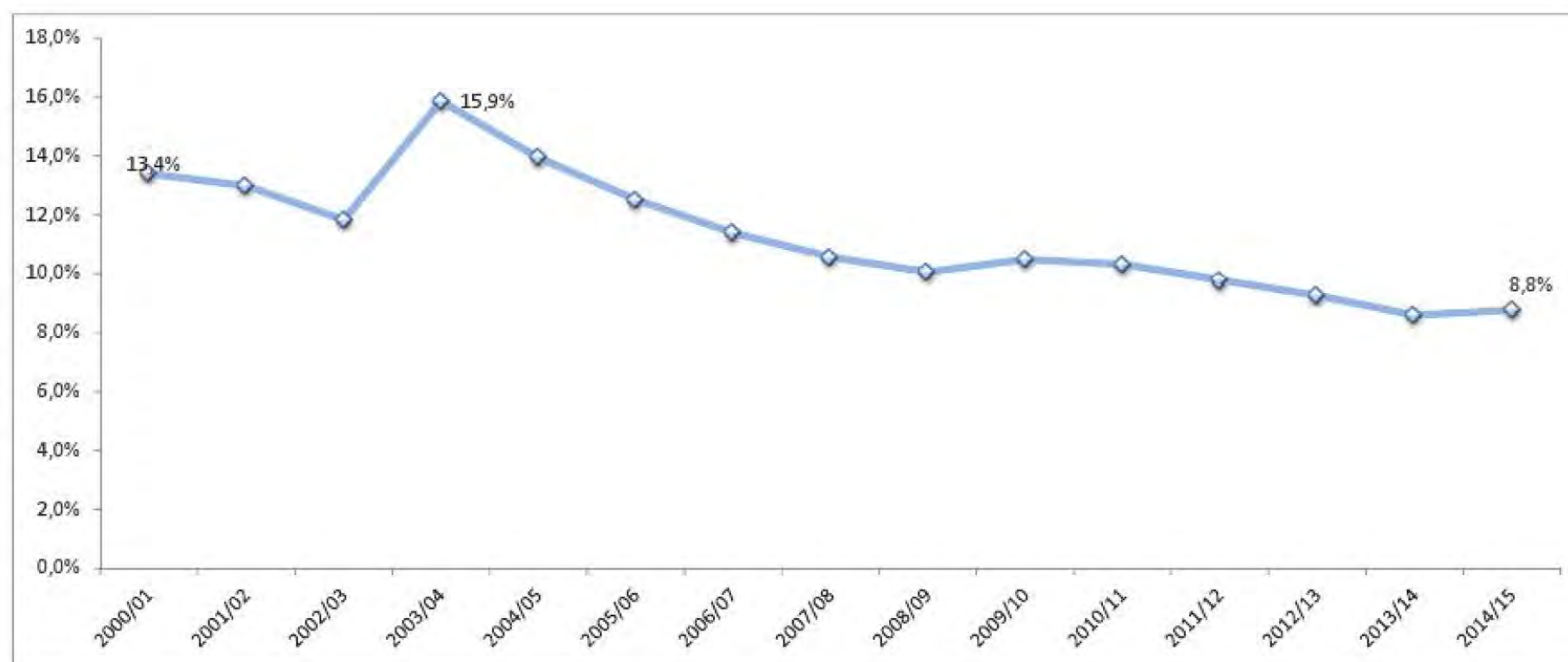
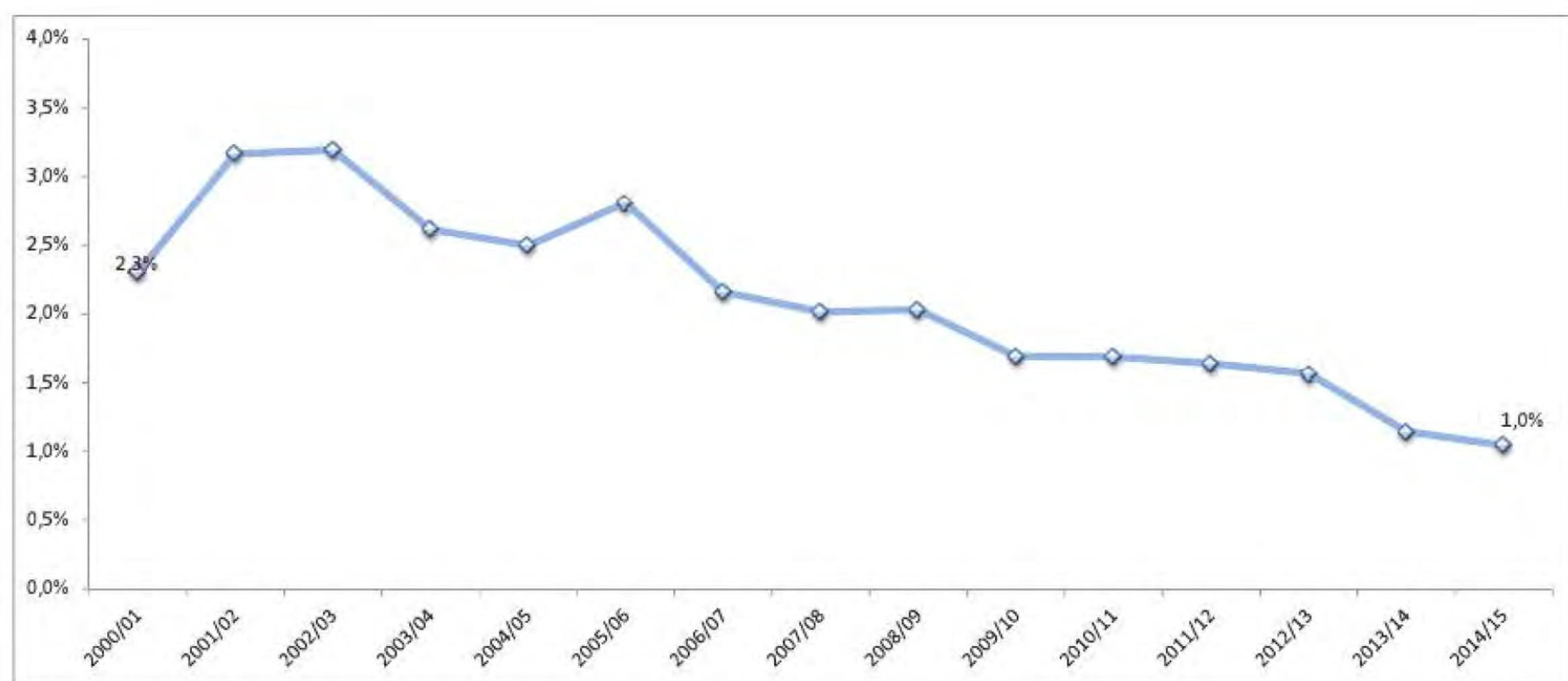


Tabela 197: Evolução da % de Reprovação

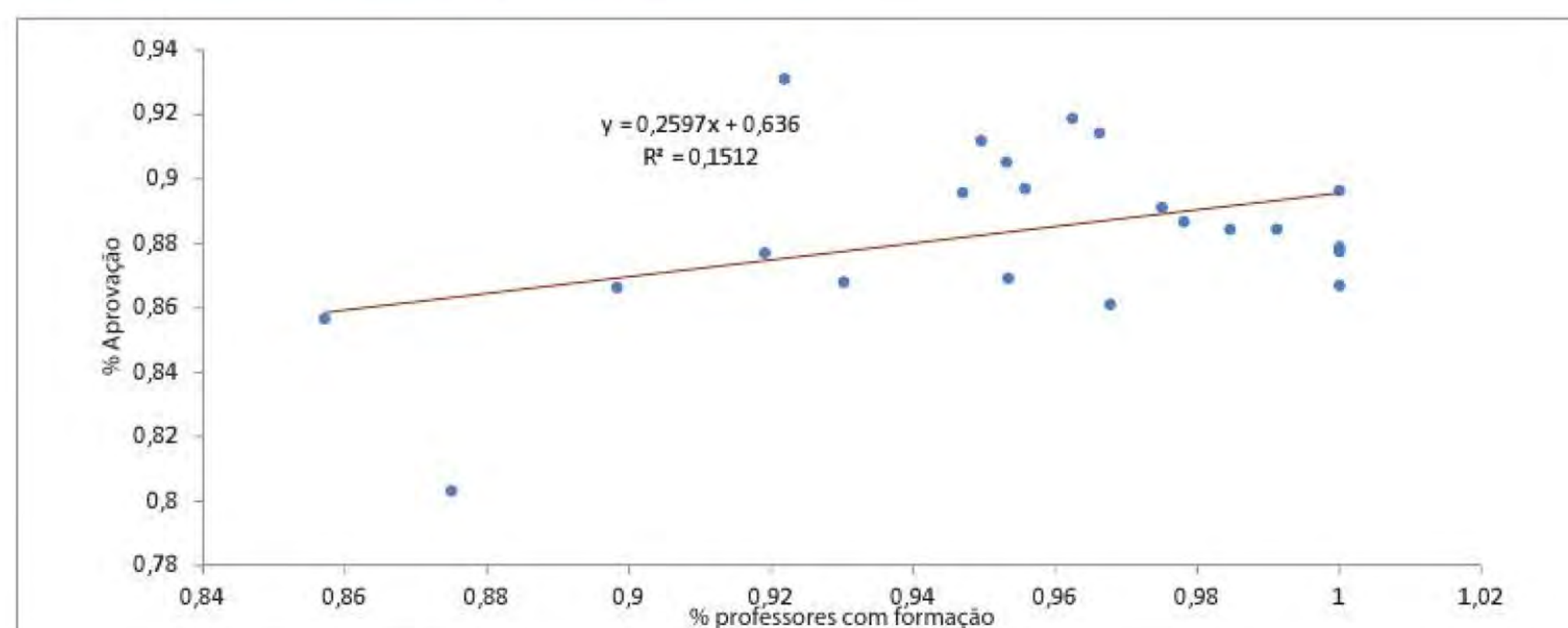
% de Reprovação por ano de estudo	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Cabo Verde	13,4%	13,0%	11,8%	15,9%	13,9%	12,5%	11,4%	10,6%	10,1%	10,5%	10,3%	9,8%	9,3%	8,6%	8,8%



% de abandono por ano de estudo	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Cabo Verde	2,3%	3,2%	3,2%	2,6%	2,5%	2,8%	2,2%	2,0%	2,0%	1,7%	1,7%	1,6%	1,6%	1,1%	1,0%



Relação entre professores com formação e aprovação no Ensino Básico, em 2013/2014



Ensino Secundário

Tabela 212: Evolução da % de Aprovação

% de Aprovação por ano de estudo	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Total	66,7%	62,1%	67,6%	62,8%	62,8%	65,2%	67,8%	67,0%	67,4%	67,3%	67,5%	67,6%	67,9%	70,2%	69,5%

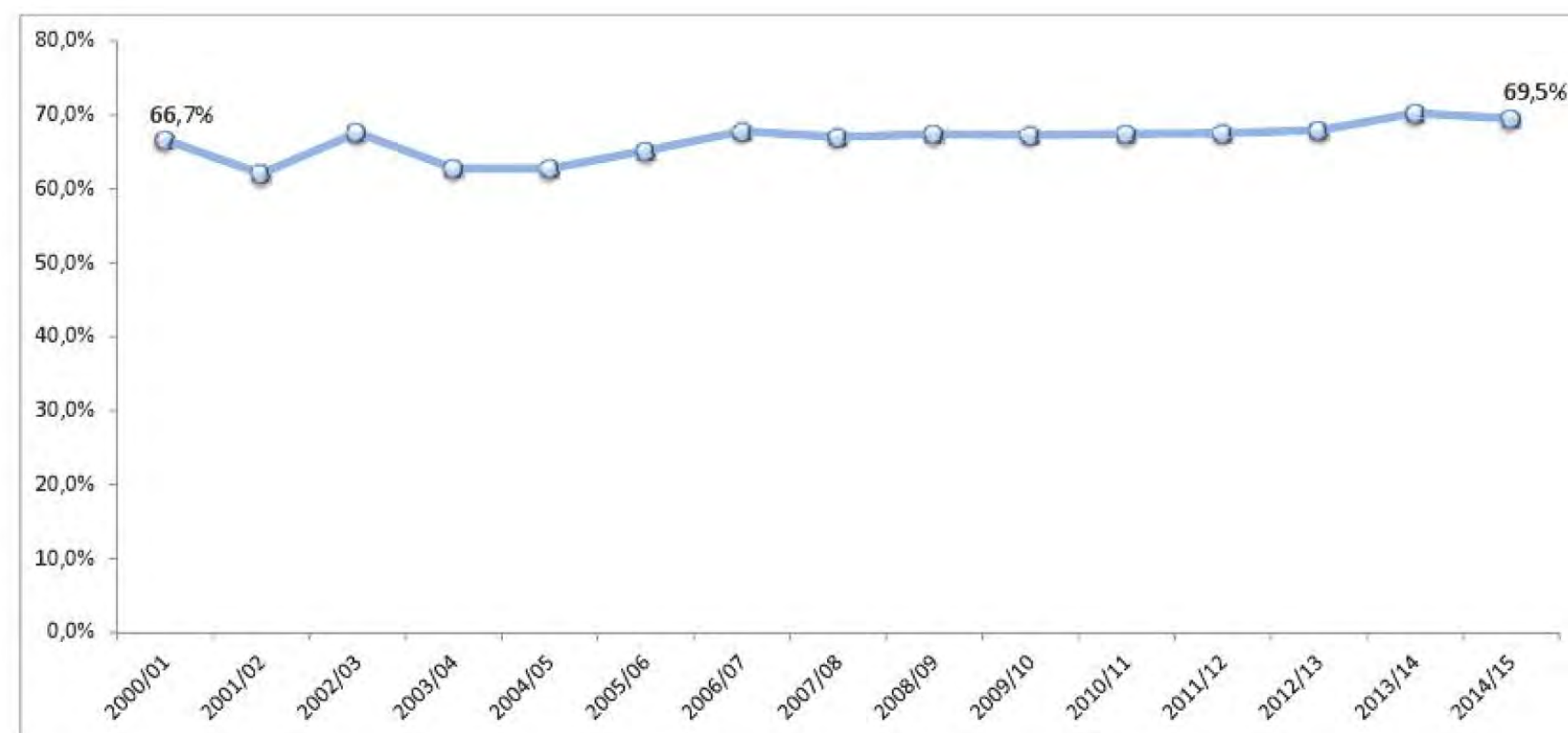


Tabela 215: Evolução da % de Reprovação

% de Aprovação por ano de estudo	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Total	29,0%	28,5%	22,7%	27,8%	26,0%	24,2%	23,7%	24,8%	24,5%	24,9%	25,2%	25,6%	24,7%	24,0%	24,1%

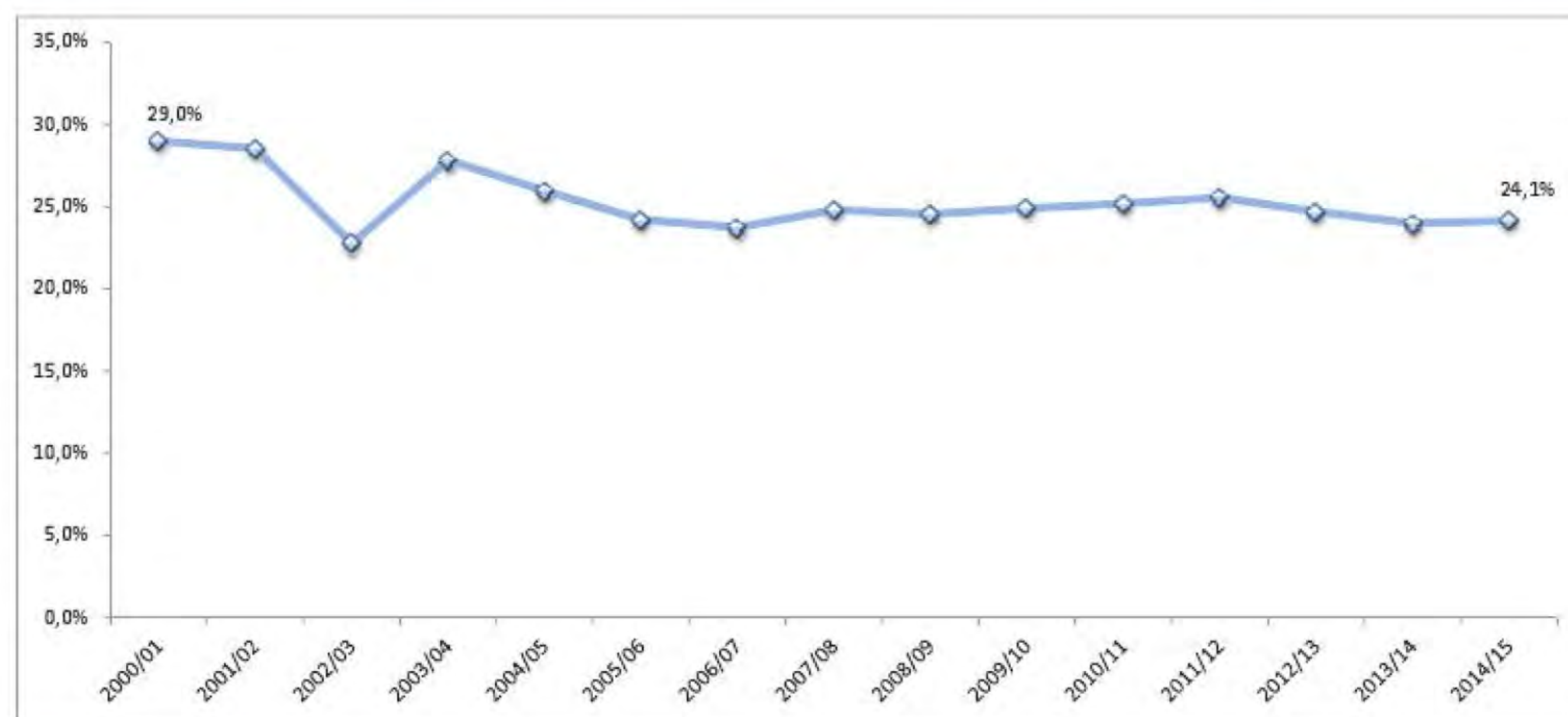


Tabela 217: Evolução da % de Abandono

% de Abandono por ano de estudo	Anos letivos														
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Total	4,3%	9,4%	9,6%	9,4%	11,3%	10,6%	8,4%	8,2%	8,0%	7,8%	7,3%	6,9%	7,4%	5,8%	6,4%

